

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	6
5.3 - Descrição - Controles Internos	7
5.4 - Programa de Integridade	19
5.5 - Alterações significativas	22
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	23

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	25
10.2 - Resultado operacional e financeiro	54
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	56
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	57
10.5 - Políticas contábeis críticas	59
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	61
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	62
10.8 - Plano de Negócios	63
10.9 - Outros fatores com influência relevante	65

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

- a) Se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política*

A Companhia possui uma Política de Gerenciamento de Riscos, aprovada, em reunião do Conselho de Administração ocorrida em 10 de maio de 2021, estando vigente desde a data de sua aprovação, havendo sido atualizada em 02 de julho de 2021 e posteriormente em 21 de julho de 2021 (“Política de Risco”). Essa política tem por objetivo estabelecer as diretrizes e responsabilidades na gestão de riscos da Companhia, especialmente no tocante à criação de mecanismos para identificação e análise dos riscos que possam afetar a Companhia, bem como controles e procedimentos para monitoramento, de forma a prevenir sua ocorrência ou minimizar seu impacto. A Política de Risco da Companhia encontra-se disponível no website de Relações com Investidores da Companhia (ri.armac.com.br).

- b) Objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:*

A Política de Risco tem por objetivo estabelecer princípios, processos e regras a serem observadas no processo de gestão de nossos riscos, de forma a possibilitar a identificação, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação dos riscos inerentes às nossas atividades e que possam afetar o atendimento de nossos objetivos.

O processo de gerenciamento de riscos envolve todas as áreas da Companhia e é integrado às metas e objetivos estratégicos de seus negócios. O gerenciamento de riscos requer participação ativa de todos os colaboradores e a disseminação da cultura e do conhecimento de mitigação de Riscos em todas as instâncias. A Companhia realiza um levantamento de riscos, denominado “Matriz de Riscos”. Na Matriz de Riscos, são mensurados os mais relevantes efeitos adversos a que a Companhia possa estar sujeita, de acordo com sua probabilidade de ocorrência e seu potencial impacto na Companhia, bem como são mapeadas as suas causas e origens. A partir deste trabalho, são elaborados planos de ação para tratar, amenizar ou eliminar os riscos a que a Companhia esteja exposta, priorizando aqueles identificados como críticos para as atividades da Companhia.

Além da Matriz de Risco, a Companhia utiliza mecanismos de comunicação, treinamento, monitoramento, auditoria, testes de conformidade, canal de denúncias, dentre outros, com o intuito de nos proteger e também nossos colaboradores de riscos identificados durante o processo de Gerenciamento de Riscos. Detalhes sobre procedimentos e mecanismos aplicáveis à identificação e tratamento de riscos estão previstos no item “iii” a seguir e na seção 5.3 deste Formulário de Referência.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

A Companhia também possui códigos e políticas internas que recomendam e estabelecem procedimentos e condutas que devem ser observados por nossos administradores, colaboradores, consultores e terceiros com os quais mantém relacionamento comercial com o intuito de minimizar sua exposição aos riscos da Companhia.

i. Os riscos para os quais se busca proteção

A Política de Risco busca proteção contra todo tipo de risco, fatores de risco que possam influenciar a decisão de investimento e o cumprimento dos objetivos da Companhia, com destaque para os listados abaixo:

- Riscos de negócio e/ou estratégicos: são aqueles associados à estratégia da Companhia na busca de criação, proteção e crescimento de valor. São, por exemplo, causados por eventos de mudanças no ambiente externo como político, econômico e social, mercado, competidores, fusões e aquisições, disponibilidade, inovações, tecnologias e portfólio de produtos e/ou serviços.
- Riscos Operacionais: são aqueles decorrentes da inadequação ou falha nos processos internos, que possam dificultar ou impedir o alcance dos objetivos da Companhia. Estes riscos estão associados ao processo de gestão de áreas administrativas, tais como: *marketing* e vendas, suprimentos, logística, saúde e segurança do trabalho, meio ambiente, tecnologia da informação, gestão de pessoas.
- Riscos Financeiros: são riscos de mercado, dentre os quais destacam-se: risco de inflação; risco de taxa de juros; risco de crédito e risco de liquidez. Enquadram-se como riscos financeiros também os aspectos internos relacionados às finanças da Companhia (geração de caixa operacional, rentabilidade, endividamento, alavancagem, aplicação e captação de recursos financeiros).
- Riscos de Imagem e Reputação: são riscos relacionados à imagem da Companhia, decorrentes de sua relação com a sociedade.
- Riscos Ambientais: são relacionados a potenciais danos causados pelas atividades da Companhia que impactam o meio ambiente.

Riscos de Compliance: são aqueles relacionados ao cumprimento da legislação e regulamentação aplicáveis à Companhia e seu mercado de atuação.

ii. Os instrumentos utilizados para proteção do risco

A Companhia não possui instrumentos específicos para proteção de riscos operacionais, além dos procedimentos descritos na Política de Risco.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

iii. A estrutura organizacional de gerenciamento de Riscos

A gestão de riscos da Companhia é regulamentada pela Política de Riscos, existente desde 10 de maio de 2021, e atualizada em 02 de julho de 2021, que descreve o modelo de gestão de riscos pelo Conselho de Administração, Comitê de Auditoria, Diretoria, pela Área de Controles Internos, Gerenciamento de Riscos e Compliance e pela Área de Auditoria Interna. Adicionalmente, é delimitado na Política de Riscos da Companhia que, para as funções de *compliance*, controles internos e riscos corporativos, é vedada a acumulação destas atividades com o exercício de atividades operacionais.

A gestão de riscos da Companhia é realizada por cada uma das partes envolvidas no gerenciamento de riscos, de acordo com o critério das “Três Linhas de Defesa do *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO)*”, de modo que cada área/estrutura da companhia desempenha funções específicas, em benefício da eficiência do processo de gerenciamento de riscos. Nesse sentido, a Primeira Linha de Defesa é composta pelos colaboradores e gestores da Companhia, responsáveis pelos riscos e áreas que gerenciam. A Segunda Linha é formada pela Área de Controles Internos, Gerenciamento de Riscos e Compliance, que oferece aos integrantes da 1^a linha as orientações e ferramentas para a efetivação do controle de riscos, estando atrelada à organização e estruturação do processo da Companhia, atuando no desenvolvimento e padronização de procedimentos e sistemas que permitam identificar, avaliar, monitorar e tratar riscos. Por fim, a 3^a linha é formada pela área de auditoria interna que verifica a adequação dos controles de riscos da Companhia.

A Política de Riscos, de forma mais abrangente, detalha, da forma abaixo, as funções de cada estrutura da companhia no gerenciamento de riscos, incluindo os integrantes das Três Linhas e também a Diretoria Executiva, o Conselho de Administração e o Comitê de Auditoria:

a) Conselho de Administração

- I. definir nossa estratégia para atendimento de seus objetivos de negócio e o nível de apetite ao risco aceitável, visando a perenidade dos negócios e criação de valor a longo prazo.;
- II. aprovar a Política de Riscos e suas revisões;
- III. acompanhar os resultados das atividades de gestão do Risco Operacional;
- IV. analisar as proposições realizadas pela área de auditoria interna e o relatório produzido pelo Comitê de Auditoria, recomendando ações a serem adotadas;
- V. identificar e deliberar sobre questões estratégicas do processo de gestão de riscos operacionais, tais como o grau de tolerância a riscos, bem como sobre os impactos de modificações macroeconômicas, tecnológicas, do mercado da Companhia, ou outros componentes externos que possam afetar a Matriz de Risco da Companhia;
- VI. auxiliar a gestão de riscos, opinando sobre as diretrizes a serem observadas; e
- VII. avaliar periodicamente a exposição da companhia a riscos e a eficácia dos sistemas de gerenciamento de riscos, dos controles internos e do sistema de integridade/conformidade (*compliance*).

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

b) Diretoria

- I. patrocinar a implantação da gestão dos controles internos e de riscos;
- II. elaborar e revisar periodicamente políticas, normas e procedimentos sobre gerenciamento de riscos;
- III. implementar as deliberações do Conselho de Administração para redução ou eliminação dos riscos; e
- IV. avaliar as recomendações de auditores externos e consultores sobre falhas e melhorias nos processos de controle interno e gestão de riscos.

c) Comitê de Auditoria

- I. reportar periodicamente ao Conselho de Administração a exposição da Companhia a riscos e a eficácia dos sistemas de gerenciamento de riscos, dos controles internos e do sistema de integridade/conformidade (*compliance*);
- II. supervisionar as atividades referentes às questões de *Compliance* e da Auditoria Interna;
- III. supervisionar a adequação dos processos relativos ao gerenciamento de riscos e ao sistema de controles internos, em linha com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Administração;
- IV. acompanhar a evolução do gerenciamento dos riscos identificados, bem como o cumprimento da legislação aplicável, das políticas, normas e procedimentos da Companhia; e
- V. avaliar a adequação dos recursos humanos e financeiros destinados ao processo de gerenciamento de riscos, avaliar as sugestões da área de auditoria interna e submeter relatórios e estudos ao Conselho de Administração.

d) Área de Auditoria interna

- I. aferir a qualidade e efetividade dos processos de gerenciamento de riscos, controles e governança;
- II. avaliar o sistema de controles internos da Companhia;
- III. monitorar o ambiente interno e a efetividade do gerenciamento de riscos da Companhia;
- IV. identificar e apontar riscos eventualmente ainda não mapeados na organização através da avaliação independente do ambiente de controles internos;
- V. propor ao Comitê de Auditoria as melhorias necessárias ao controle de riscos;
- VI. atuar em eventos críticos de exposição da Companhia, para garantir a avaliação do evento e seus necessários impactos no gerenciamento de riscos da Companhia.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

e) Área de Controles Internos, Gerenciamento de Riscos e *Compliance*

- I. recebimento e apuração de denúncias relativas ao descumprimento de normas de conduta e demais atos ilícitos que envolvam a Companhia, sua administração, colaboradores e terceirizados;
- II. realização de treinamentos da administração, colaboradores e terceirizados da Companhia sobre as normas de *Compliance*;
- III. Desenvolver os processos a serem utilizados no gerenciamento de Riscos;
- IV. elaboração e revisão de normas, códigos e diretrizes de *Compliance* da Companhia;
- V. preparar relatórios anuais sobre os principais riscos relacionados; e
- VI. Conscientizar os gestores sobre a importância da gestão de Riscos e a responsabilidade inerente a cada colaborado.

f) Colaboradores

- I. informar tempestivamente riscos não mapeados sejam eles novos ou não identificados anteriormente;
- II. monitorar os riscos sob sua responsabilidade; e
- III. apoiar na definição e implementação dos planos de ação necessários para tratamento dos riscos.

As estruturas organizacionais da Companhia dedicadas ao gerenciamento de riscos, bem como os mecanismos e procedimentos de integridade adotados para identificação e adequação dos riscos ao perfil da Companhia foram alterados como forma de adequação da Companhia à realização da sua Oferta Pública Inicial de Ações e adequação ao Regulamento do Novo Mercado e parte delas está iniciando suas atividades, em especial o Comitê de Auditoria, a Área de Auditoria Interna e a Área de Compliance.

c) A adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Os Administradores da Companhia entendem que a sua atual estrutura operacional e de controles internos é adequada ao seu porte, bem como às atividades realizadas no dia a dia da Companhia. Contudo, ela preza pela evolução constante de seus controles internos e de sua estrutura operacional e sua administração está sempre avaliando a necessidade de novos investimentos para aprimorá-los.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

- a) *Se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política*

Conforme informado no item 5.1.a. deste Formulário de Referência, a Companhia possui uma Política de Gerenciamento de Riscos (“Política de Riscos”), aprovada pelo Conselho de Administração em 10 de maio de 2021 e atualizada em 02 de julho de 2021 e posteriormente em 21 de julho de 2021, não possuindo, contudo, uma política específica de risco de mercado formalmente aprovada.

A Política de Riscos cita os riscos de mercado a que a Companhia está sujeita, conforme identificados pela Companhia, de forma genérica, sendo que os objetivos e estratégias de proteção para tais riscos devem ser definidos pelos órgãos que compõem a estrutura de gerenciamento de riscos descritos na política.

- b) *Os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado, quando houver, incluindo:*

- i) *Os riscos para os quais se busca proteção*
- ii) *A estratégia de proteção patrimonial (hedge)*
- iii) *Os instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)*
- iv) *Os parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos*
- v) *Se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos*
- vi) *A estrutura organizacional de controle de gerenciamento de risco de mercado*

Não aplicável, uma vez que, na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui uma política específica de risco de mercado formalmente aprovada.

- c) *a adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada.*

Não aplicável, uma vez que, na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui uma política específica de risco de mercado formalmente aprovada.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

- a) *As principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las.*

A Companhia acredita que seus procedimentos de controles gerenciais são adequados para suprir as necessidades no desenvolvimento de seus negócios.

Antes de realizar investimentos, fazemos estudos detalhados de viabilidade econômico-financeira, esses estudos servem de suporte para discussões do comitê de investimentos e a eventual aprovação dos projetos.

Adicionalmente, entendemos que os procedimentos internos e sistemas de elaboração de demonstrações financeiras são suficientes para assegurar sua eficiência e precisão.

Com o acelerado crescimento, os nossos diretores decidiram pela implantação de ações que assegurem a promoção da confiabilidade nas demonstrações financeiras, segurança e conformidade dos controles internos.

Desta forma, destacamos algumas iniciativas que ilustram a busca pela aplicabilidade das prerrogativas da governança corporativa:

- Política de Gerenciamento de Riscos: aprovada pelo Conselho de Administração, em 10 de maio de 2021 e atualizada em 02 de julho de 2021 e posteriormente em 21 de julho de 2021, o principal objetivo desta política é estabelecer as diretrizes e responsabilidades na gestão de riscos a que estamos expostos, especialmente no tocante à criação de mecanismos para identificação e análise dos riscos que possam nos afetar, bem como controles e procedimentos para monitoramento, de forma a prevenir sua ocorrência ou minimizar seu impacto; e
- Código de Conduta possuímos um Código de Conduta elaborado em atenção à Lei Anticorrupção (nº 12.846/2013). O documento trata de valores, princípios éticos, responsabilidades e normas de conduta que orientam a empresa e permitem avaliar grande parte das situações. Ele ainda busca minimizar a subjetividade das interpretações pessoais sobre nossos princípios morais e éticos. Foi criado, ainda, pelo Conselho de Administração, o Comitê de Auditoria (não estatutário), responsável por analisar, investigar e atuar nos potenciais desvios de conduta e apoiar no esclarecimento de eventuais dúvidas dos integrantes.

As principais prática de controles internos adotados pela Companhia são:

- validação periódica dos controles existentes que mitigam ou detectam irregularidades e/ou falhas, garantindo a eficácia operacional dos controles internos;
- definição dos planos de ação necessários para tratamento dos riscos e controles e assegurar a implementação destes planos visando a eficácia dos controles internos com o objetivo de mitigar os riscos da Companhia; e

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

- ações preventivas, orientativas e de monitoramento, comunicações internas, treinamentos e aplicação de medidas disciplinares para garantir a aplicação das normas internas da Companhia e da legislação aplicável aos negócios.

Quaisquer falhas identificadas na execução dos controles internos são corrigidas por meio da aplicação de planos de ação com o objetivo de garantir sua correta execução no encerramento do exercício e evitar recorrências.

A Companhia continua atenta às novas tecnologias e ao desenvolvimento pessoal de seus colaboradores, e investe em seus controles a fim de aprimorá-los cada vez mais.

b) *As estruturas organizacionais envolvidas*

As áreas envolvidas com os trabalhos de verificação e monitoramento de controles internos são diretamente ligadas ao Conselho de Administração, garantindo a independência de sua atuação, a saber:

Conselho de Administração

O Conselho de Administração, dentre outras atribuições, avalia periodicamente a exposição da Companhia a riscos e a eficácia dos sistemas de gerenciamento de riscos, dos controles internos e do sistema de integridade/conformidade. Analisa os relatório produzidos pelo Comitê de Auditoria, recomendando ações a serem adotadas. Além disso, é o órgão responsável pela eleição dos membros do Comitê de Auditoria, bem como pela aprovação de alterações em seu regimento interno e na política de gerenciamento de riscos.

Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria funciona como órgão independente, dotado de autonomia operacional e orçamento próprio aprovado pelo Conselho de Administração. E, em relação aos sistemas de controles internos e de gestão de riscos, possui as seguintes atribuições:

- (i) Acompanhar as atividades da Área de Controles Internos, Gerenciamento de Riscos e Compliance da Companhia da Companhia, bem como tomar conhecimento e analisar o processo da informação financeira e os sistemas de controles internos ligados aos riscos da Companhia, e assegurar que os principais riscos da Companhia sejam identificados, administrados e devidamente reportados, identificando, desta forma: (a) diferentes tipos de riscos que a Companhia possa enfrentar, incluindo riscos de negócios e operacionais; (b) as medidas necessárias para mitigar o impacto de qualquer risco, caso algum deles se materialize; e (c) os sistemas de informação e monitoramento interno que serão utilizados para monitorar e gerir tais riscos;
- (ii) Analisar, juntamente com o auditor independente, a auditoria interna e a Diretoria da Companhia, (a) a adequação e eficiência dos sistemas de controles internos (incluindo qualquer deficiência ou mudança significativa nos controles internos reportados ao Comitê pelos auditores independentes), práticas contábeis, controles e procedimentos de informação (e seus relatórios gerenciais correspondentes) da Companhia; e (b) as atuais tendências e atualizações contábeis, e tomar as medidas que se façam necessárias a esse respeito.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

O Comitê de Auditoria acompanha as ações realizadas pelas áreas dos pontos identificados pelos trabalhos da auditoria interna. O Comitê de Auditoria deve informar suas atividades trimestralmente ao Conselho de Administração, sendo que a ata da reunião do Conselho de Administração deverá ser divulgada, mencionando o reporte. Além disso, a Companhia deverá divulgar, anualmente, relatório resumido do Comitê, contemplando as reuniões realizadas e os principais assuntos discutidos, e destacando as recomendações feitas pelo Comitê ao Conselho de Administração da Companhia.

Diretoria

A Diretoria é responsável pela implantação da gestão dos controles internos e de riscos na Companhia, bem como elaborar e revisar periodicamente normas e procedimentos sobre gerenciamento de riscos, bem como avaliar as recomendações de auditores externos e consultores sobre falhas e melhorias nos processos de controle interno e gestão de riscos.

Auditoria Interna

A área de Auditoria Interna é responsável por aferir a qualidade e efetividade dos processos de gerenciamento de riscos, controles e governança, avaliar o sistema de controles internos da Companhia, monitorar o ambiente interno e a efetividade do gerenciamento de riscos da Companhia, identificar e apontar riscos eventualmente ainda não mapeados na organização através da avaliação independente do ambiente de controles internos; propor ao Comitê de Auditoria as melhorias necessárias ao controle de riscos e atuar em eventos críticos de exposição da Companhia, para garantir a avaliação do evento e seus necessários impactos no gerenciamento de riscos da Companhia. A área de Auditoria Interna reporta-se ao Comitê de Auditoria e, indiretamente ao Conselho de Administração da Companhia

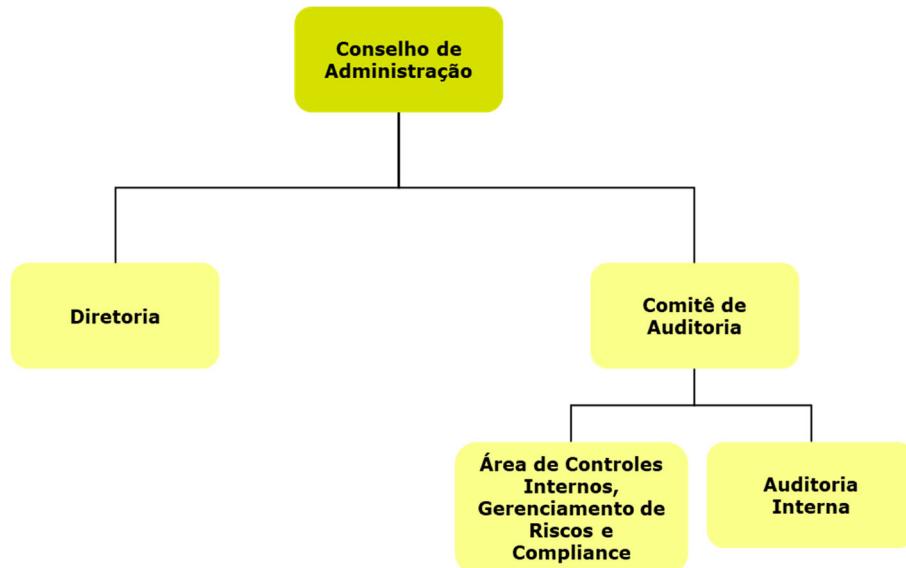
Área de Controles Internos, Gerenciamento de Riscos e Compliance

A área de Controles Internos, Gerencialmento de Riscos e Compliance é responsável por: (i) receber e apurar denúncias relativas ao descumprimento de normas de conduta e demais atos ilícitos que envolvam a Companhia, sua administração, colaboradores e terceirizados; (ii) realizar treinamentos da administração, colaboradores e terceirizados da Companhia sobre as normas de *Compliance*; (iii) desenvolver os processos a serem utilizados no gerenciamento de Riscos; (iv) elaborar e revisar normas, códigos e diretrizes de *Compliance* da Companhia; (v) preparar relatórios anuais sobre os principais riscos relacionados; e (vi) conscientizar os gestores sobre a importância da gestão de riscos e a responsabilidade inerente a cada colaborador.

A área de Controles Internos, Gerencialmento de Riscos e Compliance reporta-se ao Comitê de Auditoria e, indiretamente, ao Conselho de Administração da Companhia.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

A estrutura organizacional de controles internos da Companhia encontra-se descrita no organograma abaixo:



As estruturas organizacionais da Companhia dedicadas ao gerenciamento de riscos, bem como os mecanismos e procedimentos de integridade adotados para identificação e adequação dos riscos ao perfil da Companhia foram alterados como forma de adequação da Companhia à realização da sua Oferta Pública Inicial de Ações e adequação ao Regulamento do Novo Mercado e parte delas está iniciando suas atividades, em especial o Comitê de Auditoria, a Área de Auditoria Interna e a Área de Compliance.

c) Se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo acompanhamento.

Além das estruturas citadas nos itens (a) e (b) deste tópico, nos termos da Política de Gerenciamento de Riscos, os membros do Comitê de Auditoria não Estatutário são responsáveis por acompanhar e reportar ao Conselho de Administração a eficiência dos controles internos da Companhia.

O Comitê de Auditoria não Estatutário, cujas atribuições elencadas no item 5.1 acima foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 10 de maio de 2021, elaborará relatório anual dos trabalhos realizados, com base nas informações coletadas por toda operação da Companhia, em especial pelas informações recebidas da Área de Auditoria Interna, o qual será entregue diretamente ao Conselho de Administração.

Para o exercício de suas funções, o Comitê de Auditoria não Estatutário tem autonomia operacional e possui orçamento próprio, aprovado pelo Conselho de Administração. Na data deste Formulário de Referência, o Conselho de Administração da Companhia considera a estrutura e orçamento da Área de Auditoria Interna suficientes ao desempenho de suas funções.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

d) Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

Os auditores externos da Companhia, quando da execução de seus trabalhos de auditoria das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, conforme relatório de auditoria e de acordo com o previsto na Resolução CVM nº 23/20, apresentaram deficiências significativas no que tange aos seus controles internos.

Os auditores externos da Companhia, quando da execução de seus trabalhos de auditoria das informações financeiras trimestrais do período de três meses findo em 31 de março de 2021, conforme relatório de auditoria e de acordo com o previsto na Resolução CVM nº 23/20, apresentaram deficiências significativas no que tange aos seus controles internos.

Na avaliação desses riscos, segundo as normas de auditoria, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras, com o objetivo de planejar os procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. O resultado sobre a avaliação dos controles, por parte dos auditores, é apresentado à Companhia, acompanhados de sugestões de aprimoramento.

É importante destacar que todas as sugestões ou comentários efetuados pela auditoria devem ser analisadas e interpretadas dentro do contexto do respectivo relatório.

Abaixo estão descritas as deficiências significativas descritas no relatório dos auditores, datado de 27 de abril 2021, relativas às Demonstrações Financeiras auditadas de 31 de dezembro de 2020:

1. Deficiência no processo e controles sobre a preparação das Demonstrações Financeiras

Comentários dos Auditores Independentes:

Os Auditores Independentes identificaram as seguintes deficiências no processo de preparação das demonstrações financeiras:

- a) Apesar da Administração da Companhia revisar e ter conhecimento das informações relevantes contidas nas demonstrações financeiras, não foi implementado um controle formal de evidenciação da revisão realizada pelos responsáveis pela governança da Companhia.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

- b) Os auditores identificaram erros na preparação dessas demonstrações no que tange as normas aplicáveis, bem como apresentação das notas explicativas, os quais foram ajustados em sua emissão final, contudo demandou tempo e recursos da Companhia para seu endereçamento.
- c) Ausência de políticas contábeis no processo de preparação e divulgação das demonstrações financeiras da Companhia.
- d) Falha na divulgação de informações essenciais aos leitores, bem como, movimentações patrimoniais (ágio de emissões das ações, aportes adicionais, movimentação de dividendos, temas relacionados a provisão para contingências, etc.).

Recomendações:

Os Auditores recomendaram que a Companhia implemente controle formal de revisão das Demonstrações Financeiras por parte dos Administradores responsáveis pela Governança da Companhia.

2. Ausência de revisão dos lançamentos contábeis realizados manualmente

Comentários dos Auditores Independentes:

- a) Considerando as limitações sistêmicas, durante o fechamento contábil são realizados lançamentos contábeis de forma manual, para os quais não foram desenhados e implementados políticas e controles internos considerando, dentre outros fatores, formalização e evidência de revisão sobre os mesmos.
- b) Além da ausência de desenho e implementação do processo de revisão mencionado acima, os Auditores Independentes identificaram também diferenças entre os relatórios suportes e os saldos contábeis, (ex. PECLD, Direito de uso, Estoque, Empréstimos, Arrendamentos Passivos, Parcelamentos etc.), que são efetuadas de forma manual com planilhas auxiliares, nos quais identificaram pendências de conciliação.

Recomendações:

- a) Os Auditores Independentes recomendaram que os lançamentos manuais sejam revisados por profissionais diferentes daqueles que efetuaram os lançamentos e que as revisões sejam evidenciadas formalmente.
- b) Os Auditores Independentes recomendaram que a Companhia ajuste o processo de integração entre as informações contábeis e departamentos, de modo a deixar conciliadas as posições contábeis e as planilhas auxiliares.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

3. Ausência de atividades de controle relacionadas ao processo de formalização dos pedidos de vendas, aprovação de descontos, preços e outras exceções nos pedidos de compra e venda

Comentários dos Auditores Independentes:

Para os processos relacionados às atividades de receita com locação de equipamentos, os Auditores Independentes identificaram alguns controles não implementados e formalizados, conforme abaixo:

- a) Os Auditores Independentes não identificaram atividade de controle implementada referente a formalização da medição do serviço contratado por parte dos clientes de forma a garantir que não existam receita por valores diferentes dos contratados e registrados no sistema;
- b) Os Auditores Independentes não identificaram atividade de controle implementada que assegure que todos os pedidos de venda processados tenham sido revisados e aprovados e que eventuais descontos tenham sido aprovados por profissionais com limite de alcada pre determinado. Os Auditores Independentes verificaram que não existe uma política formalizada, e que os descontos são aplicados a partir da tabela padrão base, em que o preço a ser aplicado é entre 4% e 5% do valor do maquinário.
- c) Os Auditores Independentes não identificaram atividade de controle implementada para identificar a receita com prestação de serviço realizado porém ainda não faturado e vice-versa. Atualmente os controles da Companhia operam para que o reconhecimento da receita seja mensurado sempre ao término da locação ou emissão da nota fiscal de prestação do serviço. Dessa forma os Auditores Independentes entendem que a Companhia não atende ao reconhecimento da receita na competência adequada.

Recomendações:

- a) Os Auditores Independentes recomendaram que a Companhia envide esforços para mitigar e aprimorar estes controles, visando adequar o reconhecimento da receita a competência adequada.
- b) Adicionalmente os Auditores Independentes recomendaram implementar atividades de controle que garantam a revisão das medições, aprovação de exceções diversas, além da segregação de funções adequada.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Abaixo estão descritas as deficiências significativas descritas no relatório dos auditores, datado de 02 de julho de 2021, referente às Informações Financeiras Trimestrais de 31 de março de 2021:

1. Deficiência no processo e controles sobre a preparação das Demonstrações Financeiras

Comentários dos Auditores Independentes:

Os Auditores Independentes identificaram as seguintes deficiências no processo de preparação das Demonstrações Financeiras:

- a) Apesar de a Administração revisar e ter conhecimento das informações relevantes contidas nas demonstrações financeiras, não foi implementado um controle formal de evidenciação da revisão realizada pelos responsáveis pela governança da Companhia.
- b) Os Auditores Independentes identificaram erros na preparação dessas demonstrações no que tange as normas aplicáveis bem como apresentação das notas explicativas, a qual foi ajustado em sua emissão final, contudo demandou tempo e recursos da Companhia para seu endereçamento.
- c) Ausência de políticas contábeis no processo de preparação e divulgação das Demonstrações Financeiras da Companhia.

Recomendações:

Os Auditores Independentes recomendaram que a Companhia implemente controle formal de revisão das Demonstrações Financeiras por parte dos Administradores responsáveis pela Governança da Companhia.

2. Ausência de revisão dos lançamentos contábeis realizados manualmente

Comentários dos Auditores Independentes:

- a) Considerando as limitações sistêmicas, durante o fechamento contábil são realizados lançamentos contábeis de forma manual, para os quais não foram desenhados e implementados políticas e controles internos considerando, dentre outros fatores, formalização e evidência de revisão sobre os mesmos.
- b) Além da ausência de desenho e implementação do processo de revisão mencionado acima, os Auditores Independentes identificaram também diferenças entre os relatórios suportes e os saldos contábeis, (ex. PECLD, Direito de uso, Estoque, Empréstimos, Arrendamentos Passivos, Parcelamentos etc.), que são efetuadas de forma manual com planilhas auxiliares, os quais identificamos pendências de conciliação.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Recomendações:

Os Auditores Independentes recomendaram que os lançamentos manuais sejam revisados por profissionais diferentes daqueles que efetuaram os lançamentos e que as revisões sejam evidenciadas formalmente.

Os Auditores Independentes recomendaram que a Companhia ajuste o processo de integração entre as informações contábeis e departamentos, de modo a deixar conciliados as posições contábeis e as planilhas auxiliares.

Adicionalmente, Os Auditores Independentes informaram que durante os procedimentos de auditoria, identificaram ajustes, devido às pendências de conciliação, os quais não foram processados pela Companhia por serem considerados como não materiais para as respectivas demonstrações financeiras trimestrais.

e) Comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas.

Os Diretores, ao tomarem conhecimento dos relatórios dos Auditores Independentes mencionados no item “d” acima e tomaram as seguintes medidas e/ou possuem os seguintes comentários sobre as deficiências constantes dos respectivos relatórios:

Abaixo estão descritos os comentários da Administração da Companhia e os planos de ação elaborados em relação às deficiências significativas descritas no relatório dos Auditores Independentes, datado de 27 de abril de 2021:

1. Deficiência no processo e controles sobre a preparação das Demonstrações Financeiras

Comentários da Administração da Companhia:

As deficiências apresentadas no processo e formalização de preparação das demonstrações financeiras são válidas e naturais por essa ter sido a primeira auditoria por um auditor “Big 4”. Na visão da Administração esse processo e a formalização ainda não eram uma prioridade em 2020, pois não impactavam a qualidade das demonstrações financeiras. Porém, como parte do constante processo de melhorias e amadurecimento dos controles e processos essa é uma prioridade da Administração no exercício de 2021. A Companhia salienta que a melhora nas estruturas de governança são uma prioridade.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Plano de Ação:

O tratamento das recomendações feitas pelos Auditores Independentes em relação à deficiência de controles internos reportada será feito pelo Departamento Financeiro e de Contabilidade da Companhia, até 31 de dezembro de 2021 sendo que atualmente em andamento/planejadas as seguintes ações para o tratamento da deficiência reportada:

- a. As Demonstrações Financeiras passarão a ser previamente submetidas à análise e aprovação formal pelo Comitê de Auditoria da Companhia;
- b. Mapeamento dos erros de preparação reportados pelos Auditores Independentes, de forma que se tornem rastreáveis passem a ser monitorados para não tornarem a se repetir nos processos de elaboração das demonstrações financeiras subsequentes; e
- c. Elaboração de políticas contábeis formais, com o apoio do Controller da Companhia, que serão submetidas à apreciação e aprovação prévia pelo Comitê de Auditoria da Companhia.

2. Ausência de revisão dos lançamentos contábeis realizados manualmente

Comentários da Administração da Companhia:

As deficiências apresentadas no processo e formalização de preparação das demonstrações financeiras são válidas e naturais por essa ter sido a primeira auditoria por um auditor “Big 4”.

A Administração da Companhia compromete-se a implantar as recomendações dos Auditores Independentes ao longo do ano de 2021.

Plano de Ação:

O tratamento das recomendações feitas pelos Auditores Independentes em relação à deficiência de controles internos reportada será feito pelo Departamento Financeiro e de Contabilidade da Companhia, até 31 de dezembro de 2021 sendo que atualmente em andamento/planejadas as seguintes ações para o tratamento da deficiência reportada:

- a. Os sistemas (SAP) estão passando por análise e revisão com o intuito de promover as adaptações necessárias para reduzir os lançamentos manuais realizados no processo de fechamento contábil, de modo que todos os lançamentos passem a ser realizados automaticamente pelos sistemas utilizados pela Companhia.
- b. Estão sendo desenvolvidas e implementadas integrações entre os diferentes sistemas utilizados pela Companhia no processo de fechamento contábil de forma a eleminar lançamentos manuais.

3. Ausência de atividades de controle relacionadas ao processo de formalização dos pedidos de vendas, aprovação de descontos, preços e outras exceções nos pedidos de compra e venda

Comentários da Administração da Companhia:

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

As deficiências apresentadas no processo e formalização de preparação das demonstrações financeiras são válidas e naturais por essa ter sido a primeira auditoria por um auditor “Big 4”.

A Administração da Companhia compromete-se a implantar as recomendações dos Auditores Independentes ao longo do ano de 2021. Como parte do constante processo de melhorias e amadurecimento dos controles e processos essa é uma prioridade da Administração no exercício de 2021.

Plano de Ação:

O tratamento das recomendações feitas pelos Auditores Independentes em relação à deficiência de controles internos reportada será feito pelo Departamento Financeiro e de Contabilidade da Companhia, até 31 de dezembro de 2021.

Adicionalmente, a Companhia entende que com a implementação de um processo formal através do sistema integrado de gestão empresarial (ERP), SAP, para criação de pedido de venda assim que a locação é realizada, com diferentes camadas de aprovação pelos profissionais responsáveis a deficiência reportada foi tratada a contento e já se encontrava devidamente sanada quando da emissão das Informações Financeiras Trimestrais relativas ao período de três meses findo em 31 de março de 2021.

Abaixo estão descritos os comentários da Administração da Companhia e os planos de ação elaborados em relação às deficiências significativas descritas no relatório dos Auditores Independentes, datado de 02 de julho de 2021:

1. Deficiência no processo e controles sobre a preparação das Demonstrações Financeiras

Comentários da Administração da Companhia:

As deficiências apresentadas no processo e formalização de preparação das demonstrações financeiras são válidos e naturais por essa ter sido a primeira auditoria por um auditor “Big 4”. Na visão da Administração esse processo e formalização ainda não eram uma prioridade na rotina da Companhia, pois não impactavam a qualidade das demonstrações financeiras. Porém, como parte do nosso constante processo de melhorias e amadurecimento dos controles e processos e essa é uma prioridade da Administração no exercício de 2021. Salientamos que a melhora nas estruturas de governança são uma prioridade da Companhia.

Além disso, a Companhia implantou em julho de 2021 um Comitê de Auditoria que irá supervisionar a revisão das demonstrações financeiras e supervisionar a implementação de melhora de controles e processos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Plano de Ação:

O tratamento das recomendações feitas pelos Auditores Independentes em relação à deficiência de controles internos reportada será feito pelo Departamento Financeiro e de Contabilidade da Companhia, até 31 de dezembro de 2021 sendo que atualmente em andamento/planejadas as seguintes ações para o tratamento da deficiência reportada:

- a. As Demonstrações Financeiras passarão a ser previamente submetidas à análise e aprovação formal pelo Comitê de Auditoria da Companhia;
- b. Mapeamento dos erros de preparação reportados pelos Auditores Independentes, de forma que se tornem rastreáveis passem a ser monitorados para não tornarem a se repetir nos processos de elaboração das demonstrações financeiras subsequentes; e
- c. Elaboração de políticas contábeis formais, com o apoio do Controller da Companhia, que serão submetidas à apreciação e aprovação prévia pelo Comitê de Auditoria da Companhia.

2. Ausência de revisão dos lançamentos contábeis realizados manualmente

Comentários da Administração da Companhia:

As deficiências apresentadas no processo e formalização de preparação das demonstrações financeiras são válidos e naturais por essa ter sido a primeira auditoria por um auditor “Big 4”.

A Administração compromete-se a implantar as recomendações do auditor no ano de 2021.

Plano de Ação:

O tratamento das recomendações feitas pelos Auditores Independentes em relação à deficiência de controles internos reportada será feito pelo Departamento Financeiro e de Contabilidade da Companhia, até 31 de dezembro de 2021 sendo que atualmente em andamento/planejadas as seguintes ações para o tratamento da deficiência reportada:

- a. Os sistemas (SAP) estão passando por análise e revisão com o intuito de promover as adaptações necessárias para reduzir os lançamentos manuais realizados no processo de fechamento contábil, de modo que todos os lançamentos passem a ser realizados automaticamente pelos sistemas utilizados pela Companhia.
- b. Estão sendo desenvolvidas e implementadas integrações entre os diferentes sistemas utilizados pela Companhia no processo de fechamento contábil de forma a eleminar lançamentos manuais.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

a. se a Companhia possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pela Companhia, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

A Companhia, por meio do Conselho de Administração, aprovou em 02 de julho de 2021 o seu Código de Conduta). O documento trata de valores, princípios éticos, responsabilidades e normas de conduta que orientam a empresa e permitem avaliar grande parte das situações. O Código busca, ainda, minimizar a subjetividade das interpretações pessoais sobre princípios morais e éticos da Companhia.

Além disso, foi criado pelo Conselho de Administração o Comitê de Auditoria da Companhia, bem como uma área de auditoria interna, conforme detalhado no item 5.3 (b) deste Formulário de Referência.

Reafirmando o compromisso da Companhia com o tema, são promovidos treinamentos anuais com os colaboradores de todos os níveis.

ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

A Companhia possui recursos e ferramentas para monitoramento e tratamento de situações relacionadas ao programa de integridade (*Compliance*), bem como a aplicação de treinamentos e avaliações periódicas de riscos. Os treinamentos são realizados de acordo com a necessidade, com frequência mínima anual.

O Comitê de Auditoria não Estatutário, eleito pelo Conselho de Administração, é responsável pelo recebimento e apuração das denúncias, sendo assessorado pela área de *Compliance* da Companhia na investigação e apuração de denúncias específicas.

As estruturas organizacionais da Companhia dedicadas ao gerenciamento de riscos, bem como os mecanismos e procedimentos de integridade adotados para identificação e adequação dos riscos ao perfil da Companhia foram alterados como forma de adequação da Companhia à realização da sua Oferta Pública Inicial de Ações e adequação ao Regulamento do Novo Mercado e parte delas está iniciando suas atividades, em especial o Comitê de Auditoria não Estatutário, a Área de Auditoria Interna e a Área de Compliance.

iii. se a Companhia possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

• se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados

A Companhia possui, desde 02 de julho de 2021, um Código de Conduta, aplicável a todos os membros dos órgãos da Administração (diretores, diretores executivos, conselheiros e membros de comitês), colaboradores e terceiros que se relacionam com a Companhia, inclusive fornecedores e prestadores de serviços. O Código de Conduta, conforme alterado de tempos em tempos, é aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

- se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema**

Todos os colaboradores da Companhia são cientificados e treinados a respeito do conteúdo do Código de Conduta da Companhia no momento de sua contratação, e, os administradores, no momento de sua eleição. Além disso, sempre que ocorrem atualizações do conteúdo do Código de Conduta, seu conteúdo é novamente divulgado e disponibilizado para todos os administradores, colaboradores, fornecedores e prestadores de serviços da Companhia.

- as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**

Nos casos em que houver violação ou suspeita de violação de qualquer dos dispositivos do Código de Conduta da Companhia, o Comitê de Auditoria Interna será acionada, e avaliará os fatos apresentados, aplicando, conforme o caso, as medidas disciplinares abaixo, previstas no Código de Conduta, em qualquer ordem, dependendo da gravidade da situação: (a) advertência verbal; (b) advertência por escrito; (c) suspensão; (d) demissão sem justa causa; (e) demissão por justa causa; (f) rescisão do(s) contrato(s) vigente(s), no caso de fornecedores, prestadores de serviços e clientes .

- órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

A última versão do Código de Conduta foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 02 de julho de 2021, e está disponível para consulta nos websites da CVM (<https://www.gov.br/cvm/pt-br>), da B3 (www.b3.com.br) e da Companhia (riarmac.com.br).

b. se a Companhia possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

- se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros**

A Companhia possui um canal confidencial de denúncias (“Canal Confidencial”), acessível por meio do site ouvidoria@armac.com.br, ou através do número: (11) 93450-2036, por meio do qual todos os colaboradores da Companhia, bem como o seu público externo, podem reportar dúvidas, suspeitas ou violações ao Código de Conduta, às políticas da Companhia e/ou à legislação vigente de maneira confidencial, anônima (se desejado) e sem retaliação.

- se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados**

Conforme descrito acima, os canais para recebimento de denúncias são disponíveis para o público interno/externo.

- se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé**

O anonimato é garantido para os colaboradores e pessoas externas que não queiram se identificar, mas realizam relatos sobre situações que inferem as regras de conduta ética.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

• *órgão da Companhia responsável pela apuração de denúncias*

Todos os casos reportados são apurados pelo Comitê de Auditoria Interna, auxiliado pela área de *Compliance*, de forma a garantir que quaisquer reportes recebidos por meio do Canal Confidencial sejam endereçados aos setores responsáveis da Companhia e que as medidas cabíveis sejam tomadas

c. se a companhia adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas

Em operações societárias que envolvem fusão, cisão, aquisição de sociedades ou ações, ou outros tipos de reestruturação, a Companhia deverá adotar todos os mais altos padrões de diligência jurídica e contábil para avaliar as contra-partes envolvidas nas operações. Entre elas, aplicam-se verificações de integridade das sociedades alvo e de seus acionistas e administradores. Para tanto, a Companhia contrata empresas de consultoria externa e escritórios de advocacia, que se reportam à diretoria para fins de avaliação, visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares relacionadas às pessoas jurídicas envolvidas.

d. caso a companhia não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Conforme descrito nos itens anteriores, a Companhia possui Código de Conduta que regula as relações de seus colaboradores com, entre outros, com a Administração Pública.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

No último exercício social ou no exercício social corrente não houve alterações significativas nos principais riscos a que a Companhia está exposta, tampouco na política de gerenciamento de riscos adotada.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e

Informações Adicionais ao item 5.2

Os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado, quando houver, incluindo:

Os riscos para os quais se busca proteção

A Companhia não possui uma política específica para tratar os riscos de mercado. Contudo, conforme mencionado no item 5.1 e no subitem “a” do item 5.2 deste Formulário de Referência, os riscos de mercado a que a Companhia entende estar sujeita, estão descritos e são tratados na Política de Riscos. A Companhia, nos termos da Política de Riscos, além de buscar proteção, para o risco de mercado descrito no item 4.2 deste Formulário de Referência, também busca proteção para outros Riscos Financeiros, a saber risco de crédito, risco de liquidez e risco de gestão de capital.

A estratégia de proteção patrimonial (hedge)

A Companhia não possui uma política específica para tratar os riscos de mercado e não utiliza estratégias de proteção patrimonial para os demais Riscos Financeiros e não possui instrumentos financeiros derivativos visando proteção patrimonial, dado que os riscos aos quais esta sujeita, tanto no ativo quanto no passivo, não têm magnitude que justifique tais transações.

Os instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

A Companhia não possui uma política específica para tratar os riscos de mercado e não utiliza instrumentos para a proteção patrimonial para os demais Riscos Financeiros não possui instrumentos financeiros derivativos visando proteção patrimonial, dado que os riscos aos quais esta sujeita, tanto no ativo quanto no passivo, não têm magnitude que justifique tais transações.

i) Os parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

Apesar de não possuir uma política específica para tratar os riscos de mercado, a Companhia gerencia os demais Riscos Financeiros aos quais entende estar exposta de forma contínua, avaliando se as práticas adotadas na condução das atividades estão em linha com os parâmetros preconizados pela sua administração. Faz o acompanhamento das projeções de mercado para índices de inflação (IPCA, IGP-M e INCC) e taxa de juros através do boletim Focus, do Banco Central do Brasil, e mantemos comunicação com diversos stakeholders, em relação às tendências de mercado.

As aplicações financeiras, de alta liquidez, são realizadas por meio de definição de estratégias conservadoras, visando principalmente segurança e rentabilidade. Essas aplicações financeiras referem-se substancialmente a Certificados de Depósitos Bancários e fundos de investimentos atrelados a variação do CDI.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e

Assim, ativos e passivos financeiros equilibram-se nos riscos de mercado reduzindo nossa exposição.

Se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos

A Companhia não possui uma política específica para tratar os riscos de mercado e não utiliza instrumentos financeiros derivativos em estratégias de tomada de posições intencionais com o objetivo de aproveitar oportunidades de mercado.

A estrutura organizacional de controle de gerenciamento de risco de mercado

Apesar de a Companhia não possuir uma política específica para tratar os riscos de mercado, a gestão de riscos de mercado também é regulamentada pela Política de Riscos da Companhia, que descreve o modelo de gestão de riscos e atribuições de cada agente, complementada pelas atribuições especificadas no item 5.1, b, iii, acima.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Introdução

As informações financeiras contidas neste item 10 devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras auditadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, e suas respectivas notas explicativas, bem como com as demonstrações financeiras auditadas para os períodos de três meses encerrados em 31 de março de 2021 e 2020. As informações neste item 10, exceto quando indicado de forma diferente, são expressas em moeda corrente nacional.

As demonstrações financeiras auditadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 e para os períodos de três meses encerrados em 31 de março de 2021 e 2020, foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro, ou IFRS, conforme emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB").

Os comentários dos diretores da Companhia visam fornecer aos investidores informações que os ajudarão a comparar as demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 e para os períodos de três meses encerrados em 31 de março de 2021 e 2020, bem como compreender as mudanças nas principais linhas dessas demonstrações financeiras entre os períodos analisados e os principais fatores que explicam essas variações.

A Companhia não possui sociedades controladas e, assim, não prepara demonstrações financeiras consolidadas.

As informações constantes deste item devem ser lidas e analisadas em conjunto com as informações constantes das demonstrações financeiras completas e suas respectivas notas explicativas, disponíveis no website da Companhia (ri.armac.com.br) e no website da Comissão de Valores Mobiliários (<https://www.gov.br/cvm/pt-br>).

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

A Companhia apresenta índices de alavancagem que seus diretores consideram dentro do esperado para o momento de crescimento da Companhia e está preparada e tem condições de acessar o mercado para fazer frente a expansão orgânica e através de aquisições que surjam no setor.

A Companhia possui uma carteira de clientes de segmentos da economia diversificados, o que nos possibilita mitigar impactos econômicos e operacionais. A exposição da Companhia ao agronegócio tem um impacto muito positivo para a previsibilidade do nosso fluxo de caixa.

Abaixo são apresentados determinados índices que evidenciam as condições financeiras e patrimoniais gerais da Companhia.

Entre outras análises e índice, a Companhia monitora seu capital com base em cinco índices de alavancagem financeira: (i) Dívida Líquida / Patrimônio Líquido, (ii) Dívida Líquida / Ativo Imobilizado Líquido e (iii) Dívida Líquida / EBITDA Ajustado LTM,(iv) Liquidez Imediata; (v) Liquidez Seca; e (vi) Liquidez Corrente.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

(Em milhares de Reais, exceto percentuais)	Período de doze meses findos em 31 de março de 2021 (LTM)	Exercícios encerrados em 31 de dezembro de		
		2020	2019	2018
a EBITDA Ajustado LTM (i)	74.027	56.592	30.045	19.503
b Caixa e Equivalentes de Caixa	108.963	84.767	6.793	2.460
c Contas a Receber	38.497	23.866	8.468	5.611
d Ativo Circulante	168.479	122.237	17.639	10.663
e Ativo Imobilizado Líquido	429.219	306.305	98.431	64.345
f Passivo Circulante	97.972	89.840	36.152	18.499
g Dívida Bruta (ii)	401.378	288.555	72.824	48.790
h Dívida Líquida (iii)	292.415	203.788	66.031	46.330
i Patrimônio Líquido	142.160	85.060	23.109	16.632
Índices de alavancagem financeira:				
h/i Dívida Líquida/Patrimônio Líquido (iv)	205,7%	239,6%	285,7%	278,6%
h/e Dívida Líquida/Ativo Imobilizado Líquido (v)	68,1%	66,5%	67,1%	72,0%
h/a Dívida Líquida/EBITDA Ajustado LTM (vi)	3,95x	3,60x	2,20x	2,38x
b/f Liquidez Imediata (vii)	111,2%	94,4%	18,8%	13,3%
(b+c)/f Liquidez Seca (viii)	150,5%	120,9%	42,2%	43,6%
d/f Liquidez Corrente (ix)	172,0%	136,1%	48,8%	57,6%

(i) O EBITDA Ajustado LTM é calculado na forma descrita no item 3.2 deste Formulário de Referência.
 (ii) A Dívida Bruta é calculado na forma descrita no item 3.2 deste Formulário de Referência.
 (iii) A Dívida Líquida é calculado na forma descrita no item 3.2 deste Formulário de Referência.
 (iv) Dívida Líquida/Patrimônio Líquido é um indicador que busca comparar o montante da dívida líquida em relação ao nosso patrimônio líquido.
 (v) Dívida Líquida/Ativo Imobilizado Líquido é um indicador que busca comparar o montante da dívida líquida em relação ao nosso ativo imobilizado líquido (ou seja, deduzido da depreciação)
 (vi) Dívida Líquida/EBITDA Ajustado LTM é um indicador não contábil que busca comparar o montante da dívida líquida em relação ao nosso resultado operacional antes da depreciação e amortização dos últimos 12 meses.
 (vii) A Liquidez Imediata é um indicador definido como a divisão do Caixa e equivalente de caixa pelo Passivo Circulante.
 (viii) A Liquidez Seca é um indicador definido como soma do Caixa e Equivalente de Caixa mais Contas a Receber, dividida pelo Passivo Circulante.
 (ix) A Liquidez Corrente é um indicador definido como a divisão do Ativo Circulante pelo Passivo Circulante.

Todos os índices apresentados acima não são medidas de desempenho financeiro segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil e possuem a finalidade de avaliar a capacidade de pagamento da Companhia frente as suas obrigações. Estes índices não devem ser considerados isoladamente, ou como alternativa ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais.

Em 31 de março de 2021, nosso índice de Dívida Líquida / Patrimônio Líquido registrou o valor de 205,7%, que representa uma queda em relação a 31 de dezembro 2020 e 2019. Essa variação é explicada em grande parte pela emissão de novas ações realizada em junho de 2020, no montante total de R\$75.500 mil, e em fevereiro de 2021, no montante total de R\$50.404 mil. Ambas emissões foram subscritas e integralizadas pelo Speed Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 31 de março de 2021, nosso índice de Dívida Líquida / Ativo Imobilizado Líquido registrou o valor de 68,1%, que representa uma pequena variação em relação a 31 de dezembro 2020 e de 2019. Esse índice é condizente com o alto crescimento da Companhia e sua estratégia que busca financiar 100% da compra de novos equipamentos.

Em 31 de março de 2021, o índice de alavancagem financeira da Companhia representado pela divisão Dívida Líquida / EBITDA Ajustado LTM apresentou o valor de 3,95x, o que representou um aumento em relação a 31 de dezembro 2020 e de 2019, quando apresentaram o valor de 3,60 e 2,20, respectivamente. Esta variação é explicada pelo alto volume de investimentos para aquisição de novos equipamentos para a expansão da frota disponível para aluguel da Companhia, bem como pela contração de novos empréstimos e financiamentos realizada para financiar o crescimento da Companhia e, ainda, pelo alto ritmo de crescimento da Companhia (em 31 de março de 2021 o EBITDA Ajustado mensal da Companhia aumentou 219% em relação a 31 de março de 2020), uma vez que na comparação são considerados os saldos da Dívida Líquida em 31 de março de 2021 e a soma do EBITDA Ajustado dos últimos doze meses.

Em 31 de março de 2021, o índice de Liquidez Imediata da Companhia registrou o valor de 111,2%, que representa um aumento em relação a 31 de dezembro 2020 (94,4%) e de 2019 (18,8%). Esse aumento é decorrente, principalmente, do aumento do montante de caixa que a Companhia passou a registrar conforme descrito no item 10.1.(h).

Em 31 de março de 2021, o índice de Liquidez Seca registrou o valor de 150,5%, que representa um aumento em relação a 31 de dezembro 2020 (120,9%) e de 2019 (42,2%). Esse aumento é decorrente, principalmente, do aumento do montante de caixa que a Companhia passou a registrar conforme descrito no item 10.1.(h).

Em 31 de março de 2021, o índice de Liquidez Corrente registrou o valor de 172,0%, que representa um aumento em relação a 31 de dezembro 2020 (136,1%) e de 2019 (48,8%). Esse aumento é decorrente, principalmente, do aumento do montante de caixa que a Companhia passou a registrar conforme descrito no item 10.1.(h).

A administração da Companhia entende que as condições financeiras e patrimoniais da Companhia são condizentes com sua fase de crescimento e volume de investimentos. Além disso, a administração da Companhia entende que as condições financeiras atuais são suficientes para implementar o seu plano de negócios e cumprir com suas obrigações de curto e médio prazo.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

b. Estrutura de capital

Abaixo encontra-se demonstrada a divisão da estrutura de capital da Companhia entre capital próprio (representada pelo patrimônio líquido) e capital de terceiros (correspondente ao nosso passivo):

(Em milhares de Reais, exceto percentuais)	Em 31 de março de			Em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2019	2018		
(A) Passivo Circulante	97.972	89.840	36.152	18.499		
(B) Passivo Não Circulante	358.869	255.128	57.117	40.190		
(C) Patrimônio Líquido	142.160	85.060	23.109	16.632		
(D) Total	599.001	430.028	116.378	75.321		
Capital de Terceiros ((a+b)/d)	76%	80%	80%	78%		
Capital Próprio (c/d)	24%	20%	20%	22%		

Nos últimos três anos a Companhia apresentou redução na proporção de capital próprio em sua estrutura de capital, com aumento do endividamento líquido, principalmente em razão da contração de novos empréstimos e financiamentos para o crescimento da operação, parcialmente compensado por aumentos do capital promovidos pela entrada de novo sócio em 2020 e aumento de participação detida por este sócio, em fevereiro de 2021.

A Administração da Companhia acredita que sua estrutura de capital atual é adequada para a continuidade das operações e que o nível de alavancagem financeira, mensurado pela relação Dívida Líquida sobre o EBITDA dos últimos 3 meses anualizado, conforme demonstrado no item 10.1.a. acima, continua em nível que acreditam ser adequados para o momento atual da companhia de forte crescimento.

A Companhia opera com margens eficientes, tendo a diversificação de suas atividades em diferentes setores econômicos, para sustentar eventuais momentos de dificuldade da economia, mantendo a Companhia sustentável para suportar esse período de incerteza.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Administração da Companhia acredita que a estrutura de capital da Companhia seja suficiente para suprir suas necessidades de caixa, relativas às suas obrigações contratuais decorrentes de empréstimos, financiamentos, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos, mesmo considerando o aumento dos índices de alavancagem ocorrida desde 2018 (vide item 10.1(a) acima), embora não possa garantir que tal situação permanecerá inalterada. Caso seja necessário contrair empréstimos para financiar investimentos e aquisições, a Administração acredita que a Companhia possui condições de contratar e de honrar tais obrigações. Em 31 de março de 2021, a Companhia possuía R\$ 401.378 mil de financiamentos e empréstimos contratados, sendo que R\$ 78.358 mil classificados como circulante (ou seja, devidos no curto prazo). Na mesma data a Companhia possuía R\$ 108.963 mil em caixa e equivalentes de caixa.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

A Companhia financia suas atividades parte com capital próprio, com o caixa gerado pelo negócio, e parte com capital de terceiros via contratos de financiamento.

A estratégia da Companhia foca em investimentos em novos equipamentos (CAPEX), visando a manutenção e expansão da sua frota. Para a aquisição destes equipamentos, conforme o caso, a Companhia tem utilizado a contratação de linhas de financiamento bancários como Capital de Giro, FINAME, leasings e CDCs.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A principal fonte de recursos para o capital de giro da Companhia é a receita de suas operações, por meio da locação de máquinas e equipamentos e prestação de serviços a seus clientes. Apesar do crescimento acelerado da Companhia nos últimos anos, a Companhia raramente precisou acessar linhas de crédito e financiamentos para completar o capital de giro. As linhas de “capital de giro” emitidas com bancos foram em sua maioria utilizadas para financiar novos investimentos.

Adicionalmente, em abril de 2021, foi realizada, pela Companhia, sua 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, no valor total de R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), para distribuição pública, com esforços restritos de colocação. Em 25 de junho de 2021, foi firmado o “Primeiro Aditamento e Consolidação do Instrumento Particular de Escritura de Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Primeira Emissão de Armac Locação, Logística e Serviços S.A.”, por meio do qual se decidiu alterar a quantidade de debêntures objeto da emissão para 300.000 (trezentas mil) debêntures e, consequentemente, o valor total da emissão para R\$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais).

Os recursos captados pela Companhia por meio de sua primeira emissão de debêntures, com data de emissão em 28 de abril de 2021, serão utilizados, sem quaisquer desvios, para financiar capital de giro, investimento em ativo imobilizado, pagamento antecipado de dívidas e/ou outras atividades de gestão ordinária dos negócios da Companhia, bem como para pagamento dos custos e despesas incorridos com a emissão e a referida oferta, sendo certo que da quantia já emitida, R\$40.000.000,00 (quarenta milhões de reais) foram utilizados para o pagamento antecipado de dívidas da Companhia. Para mais informações a respeito da primeira emissão de debêntures da Companhia, vide itens 3.3 e 18.12 deste Formulário de Referência.

A Companhia acredita que o relacionamento bancário construído com seus principais credores, seu perfil de alavancagem, o perfil de longo prazo da dívida financeira e o perfil de geração de caixa operacional, permitirão à Companhia acessar linhas de crédito para suprir eventuais necessidades de capital.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

f. Níveis de endividamento e características das dívidas

i. Contratos de empréstimos e financiamento relevantes

Em 31 de março de 2021, o saldo total de empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante) da Companhia era de R\$ 401.378 mil, enquanto a posição de caixa, e equivalentes de caixa era de R\$ 108.963 mil. Em 31 de março de 2021, 80% da Dívida Bruta da Companhia tinha perfil de longo prazo, comparado a 77%, 63% e 69% em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, respectivamente, conforme demonstrado abaixo:

(Em milhares de Reais, exceto percentuais)	Em 31 de março de 2021	Em 31 de dezembro de		
		2020	2019	2018
Finame pré 2020	126	15.592	6.170	7.862
Finame 2020 e 2021	37.347	7.382	-	-
CDC pré 2020	15.412	22.638	59.641	36.984
CDC 2020 e 2021	94.018	103.021	-	-
Leasing	4.653	5.005	4.662	3.129
Capital de Giro	252.241	136.268	2.300	769
Consórcios	-	-	51	46
Subtotal	403.797	289.916	72.824	48.790
(-) Custos a amortizar	(2.419)	(1.361)	-	-
Total	401.378	288.555	72.824	48.790
Passivo circulante	78.358	64.963	27.070	15.247
Passivo não circulante	323.020	223.592	45.754	33.543

A Administração julga que o perfil da dívida da Companhia é adequado face aos seus compromissos e geração de caixa e que a mesma possui capacidade de obter novos recursos no mercado se e conforme necessário.

A tabela abaixo evidencia a composição do vencimento da Dívida Bruta da Companhia em 31 de março de 2021:

(Em milhares de Reais)	Saldo	%
Ano de vencimento		
2021	55.781	14%
2022	110.489	27%
2023	106.753	26%
2024	75.517	19%
2025 e após	55.258	14%
	403.797	100%

Capital de Giro

Operações de financiamento por meio de linha de crédito de capital de giro totalizam o montante de R\$ 252.241 mil em 31 de março de 2021 (R\$ 136.268 mil em 31 de dezembro de 2020). Esses contratos foram celebrados com Banco do Brasil S.A., Banco Itaú S.A., Banco ABC Brasil S.A., Banco BTG Pactual S.A., Banco Daycoval S.A., Banco BOCOM BBM S.A, têm vencimento entre 2022 e 2024, prevendo pagamentos mensais do principal e dos juros. As taxas de juros pré-fixadas variam de 12,2% a 14,6% ao ano. As taxas de juros pós-fixadas variam de 4,25% a 5,30% ao ano, mais CDI. As garantias desses contratos são diversas e compostas por equipamentos, aplicações financeiras, cessão fiduciária de recebíveis e aval dos acionistas.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

FINAME

Operações de financiamento por meio de linha de crédito FINAME do BNDES totalizam o montante de R\$ 37.473 mil em 31 de março de 2021 (R\$ 22.974 mil em 31 de dezembro de 2020). Esses contratos foram celebrados com Banco Bradesco S.A., Banco CNH Industrial S.A., Banco John Deere S.A., Banco Mercedes-Benz do Brasil S.A. e Banco Volvo (Brasil) S.A.

Os contratos celebrados antes de 2020 têm vencimento em 2021, prevendo pagamentos mensais do principal e dos juros. As taxas de juros variam de 4,7% a 6,0% ao ano, mais TJLP, e têm como garantia a constituição de alienação fiduciária sobre o bem financiado e aval dos acionistas.

Os contratos celebrados em 2020 e 2021 têm vencimento entre 2024 e 2026, prevendo pagamentos mensais do principal e dos juros. As taxas de juros pré-fixadas variam de 11,34% a 12,65% ao ano. As taxas de juros pós-fixadas variam de 4,04% a 5,33% ao ano, mais SELIC e têm como garantia a constituição de alienação fiduciária sobre o bem financiado e, em alguns casos, aval dos acionistas.

CDC – Crédito Direto ao Cliente

Operações de financiamento por meio de linha de crédito CDC totalizam o montante de R\$ 109.430 mil em 31 de março de 2021 (R\$ 125.659 mil em 31 de dezembro de 2020). Esses contratos foram celebrados com Banco Bradesco S.A., Banco CNH Industrial S.A., Deutsche Sparkassen Leasing do Brasil Banco Multiplo S.A., Banco John Deere S.A., Banco Volvo (Brasil) S.A., Banco Lage Landen Brasil S.A., Banco Komatsu do Brasil S.A., Banco Safra S.A., Banco Santander (Brasil) S.A., Banco Mercedes-Benz do Brasil S.A.

Os contratos celebrados antes de 2020 têm vencimento entre 2021 e 2024, prevendo pagamentos mensais do principal e dos juros. As taxas de juros são pré-fixadas e variam de 9,38% a 14,9% ao ano, e têm como garantia a constituição de alienação fiduciária sobre o bem financiado e a cessão fiduciaria de recebíveis e aval dos acionistas.

Os contratos celebrados em 2020 têm vencimento entre 2023 e 2025, prevendo pagamentos mensais do principal e dos juros. As taxas de juros são pré-fixadas e variam de 8,7% a 11,6% ao ano, e têm como garantia a constituição de alienação fiduciária sobre o bem financiado e, em alguns casos, aval dos acionistas.

Leasing

Operações de financiamento por meio de leasing totalizam o montante de R\$ 4.653 mil em 31 de março de 2021 (R\$ 5.005 mil em 31 de dezembro de 2020). Esses contratos foram celebrados com Banco Santander (Brasil) S.A. e Deutsche Sparkassen Leasing do Brasil S.A., têm vencimento entre 2022 e 2024, prevendo pagamentos mensais do principal e dos juros. As taxas de juros são pré-fixadas e variam de 10,4% a 11,6% ao ano e têm como garantia a constituição de alienação fiduciária sobre o bem financiado e aval dos acionistas.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Companhia mantém relações estreitas com as principais instituições financeiras do mercado brasileiro, especialmente por meio da contratação de operações de FINAME para aquisição e renovação das máquinas e dos veículos que integram seu ativo imobilizado. A Companhia não possui relações relevantes de longo prazo com instituições financeiras além daquelas evidenciadas no item 10.1(f) acima.

A Companhia esclarece ainda que as atuais relações de longo prazo com instituições financeiras têm suprido adequadamente as necessidades de financiamento na expansão do negócio da Companhia. Para o futuro, possíveis relações com instituições financeiras poderão ser desenvolvidas em linha com as estratégias da Companhia.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

De acordo com os contratos das dívidas contraídas pela Companhia, não há precedência de qualquer dívida com relação à outra, mesmo em eventual concurso universal de credores. Considerando que nos contratos da Companhia não há ordem de precedência, em eventual concurso universal de credores, ressalvadas as garantias reais constituídas nos termos indicados acima, a Companhia obedece aos termos estabelecidos na legislação brasileira.

Em eventual concurso universal de credores, a subordinação entre as obrigações registradas no passivo exigível acontecerá de acordo com a Lei nº 11.101 de 2005: (i) obrigações sociais e trabalhistas; (ii) impostos a recolher; (iii) créditos com garantia real; (iv) créditos quirografários; e (vi) créditos subordinados.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

A Companhia é parte como tomadora em contratos de empréstimos e financiamentos evidenciadas no item 10.1(f) acima e, portanto, no contexto de tais financiamentos, está obrigada à observância de determinadas obrigações e restrições, sob pena de vencimento antecipado das dívidas. Tais restrições são usuais de mercado em operações como aquelas contratadas pela Companhia e incluem, exemplificadamente:

- (a) alteração do controle direto ou indireto da Companhia;
- (b) inadimplência em transações com instituições financeiras;
- (c) descumprimento do índices financeiros medido pela relação entre a Dívida Líquida e o EBITDA LTM (desconsiderados os eventos não recorrentes), que deve corresponder, ao final de cada exercício social, a valor entre (i) 3,50x no ano de 2021, (ii) 3,25x a partir do ano 2022, e (iii) 3,0x a partir do ano de 2023;

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

- (d) cessão, venda, alienação e/ou qualquer forma de transferência e/ou contribuição ao capital social, gratuita ou onerosa, de (i) bens, ativos ou direitos de sua propriedade, (ii) ativos e/ou participações societárias em subsidiárias e/ou controladas (exceto alienações e cessões fiduciárias para garantir emissão de dívidas, empréstimos e financiamentos);
- (e) distribuição de dividendos lucros, pagar juros sobre o capital próprio, ou ainda, a realização de quaisquer pagamentos aos seus acionistas, caso estejam inadimplentes com determinadas obrigações, ressalvado o pagamento de lucros até o montante de 25% (vinte cinco por cento) do lucro líquido.

Em 31 de março de 2021, a Companhia encontrava-se adimplente com todas as condições estabelecidas nos contratos mencionados acima e demais contratos financeiros.

Na data deste Formulário de Referência a Companhia havia obtido todos os waivers necessários, relativos a hipóteses de vencimento antecipado contidas em seus instrumentos de dívida, no evento de redução da participação societária dos atuais acionistas controladores em decorrência da realização oferta pública inicial de ações da Companhia.

g. Limites de utilização dos financiamentos já contratados

A Companhia não tem limites de financiamentos contratados e ainda não utilizados.

h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As variações relevantes nos itens principais do balanço patrimonial em 31 de março de 2021, 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 são discutidas a seguir.

Ressaltamos que as informações referentes às demonstrações financeiras para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 e para o período de três meses encerrado em 31 de março de 2021 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

BALANÇO PATRIMONIAL

Discussão das principais variações nas contas do balanço patrimonial em 31 de março de 2021 em comparação a 31 de dezembro de 2020.

Ativo

R\$ milhares	Em 31 de março de 2021	% Total	Em 31 de dezembro de 2020	% Total	Variação
					X 31/03/21
Caixa e equivalentes de caixa	108.963	18,2%	84.767	19,7%	28,5%
Contas a receber de clientes	38.497	6,4%	23.866	5,5%	61,3%
Estoques	2.807	0,5%	1.985	0,5%	41,4%
Tributos a recuperar	13.637	2,3%	9.649	2,2%	41,3%
Outros ativos	4.575	0,8%	1.970	0,5%	132,2%
Total do ativo circulante	168.479	28,1%	122.237	28,4%	37,8%
Tributos a recuperar	295	0,0%	318	0,1%	(7,2%)
Outros ativos	488	0,1%	715	0,2%	(31,7%)
Imobilizado	429.219	71,7%	306.305	71,2%	40,1%
Intangível	520	0,1%	453	0,1%	14,8%
Total do ativo não circulante	430.522	71,9%	307.791	71,6%	39,9%
Total do ativo	599.001	100,0%	430.028	100,0%	39,3%

Caixa e Equivalentes de Caixa

Em 31 de março de 2021, o saldo de caixa e equivalentes de caixa totalizou R\$ 108.963 mil, apresentando um aumento de 28,5% em relação ao saldo posição desta conta em 31 de dezembro de 2020, quando totalizou R\$84,767 mil. Esta variação do caixa deveu-se, principalmente, (i) ao aporte de capital realizado pelo acionista da Companhia, Speed Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, de R\$ 50.404 mil em fevereiro de 2021, (ii) à emissão de dois novos financiamentos com o Banco BTG Pactual e o Banco Santander (Brasil) com valor total de R\$ 120.000 mil, e (iii) a um alto volume de investimentos na expansão da nossa frota.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Contas a Receber

Em 31 de março de 2021, o saldo de contas a receber totalizou R\$ 38.497 mil, apresentando um aumento de 61,3% em relação ao saldo posição desta conta em 31 de dezembro de 2020, quando totalizou R\$ 23.866 mil. Este aumento explica-se, principalmente, ao (i) crescimento da receita bruta da Companhia, e (ii) aumento do prazo médio de recebimento de clientes.

Tributos a Recuperar

Em 31 de março de 2021, o saldo de tributos a recuperar totalizou R\$ 13.932 mil, apresentando um aumento de 39,8% em relação ao saldo posição desta conta em 31 de dezembro de 2020, quando totalizou R\$ 9.967 mil. Este aumento explica-se, principalmente, ao crédito de PIS e COFINS gerados na compra de novas máquinas e equipamentos.

Imobilizado

Em 31 de março de 2021, o saldo de imobilizado totalizou R\$ 429.219 mil, apresentando um aumento de 40,1% em relação ao saldo posição desta conta em 31 de dezembro de 2020, quando totalizou R\$ 306.305 mil. Este aumento explica-se, principalmente, pela aquisição de novos equipamentos em linha com a estratégia de crescimento da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Passivo e Patrimônio Líquido

R\$ milhares	Em 31 de março de 2021	% Total	Em 31 de dezembro de 2020	% Total	Variação 31/03/21	
					X	31/12/20
Fornecedores	10.947	1,8%	12.781	3,0%	(14,3%)	
Empréstimos e financiamentos	78.358	13,1%	64.963	15,1%	20,6%	
Arrendamento mercantil por direito de uso	1.203	0,2%	1.156	0,3%	4,1%	
Obrigações sociais e trabalhistas	5.612	0,9%	4.283	1,0%	31,0%	
Obrigações tributárias	406	0,1%	250	0,1%	62,4%	
Parcelamentos de tributos	103	0,0%	130	0,0%	(20,8%)	
Dividendos a pagar	-	0,0%	5.500	1,3%	(100,0%)	
Partes relacionadas	968	0,2%	608	0,1%	59,2%	
Outras contas a pagar	375	0,1%	169	0,0%	121,9%	
Total do passivo circulante	97.972	16,4%	89.840	20,9%		9,1%
Empréstimos e financiamentos	323.020	53,9%	223.592	52,0%	44,5%	
Arrendamento mercantil por direito de uso	13.198	2,2%	13.059	3,0%	1,1%	
Parcelamentos de tributos	552	0,1%	557	0,1%	(0,9%)	
Tributos diferidos	22.099	3,7%	17.920	4,2%	23,3%	
Total do passivo não circulante	358.869	59,9%	255.128	59,3%		40,7%
Capital social	1.147	0,2%	971	0,2%	18,1%	
Reserva de Capital	119.325	19,9%	70.066	16,3%	70,3%	
Reserva legal	1.260	0,2%	877	0,2%	43,7%	
Reserva de lucros	20.428	3,4%	13.146	3,1%	55,4%	
Total do patrimônio líquido	142.160	23,7%	85.060	19,8%		67,1%
Total do passivo e do patrimônio líquido	599.001	100,0%	430.028	100,0%		39,3%

Fornecedores

Em 31 de março de 2021, o saldo de fornecedores totalizou R\$ 10.947 mil, apresentando uma queda de 14,3% em relação ao saldo posição desta conta em 31 de dezembro de 2020, quando totalizou R\$ 12.781 mil. Esta queda explica-se, principalmente, pela emissão do financiamento de FINAME de alguns equipamentos que estavam na linha de fornecedores. Ao emitirmos o financiamento o fornecedor foi pago e criou-se um passivo com o banco emissor.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Empréstimos e financiamentos

Em 31 de março de 2021, o saldo de empréstimos e financiamentos totalizou R\$ 401.378 mil, apresentando um aumento de 39,1% em relação ao saldo posição desta conta em 31 de dezembro de 2020, quando totalizou R\$ 288.555 mil. Este aumento explica-se, principalmente, pela emissão de dois novos financiamentos com o Banco BTG Pactual e o Banco Santander (Brasil) com valor total de R\$ 120.000 mil. Ambos financiamentos foram emitidos com o objetivo de financiar a estratégia de crescimento da Companhia através da compra de novas máquinas, caminhões e equipamentos. Parte dos recursos captados foram direcionados para o pré-pagamento de dívidas com os Bancos CNH Industrial, Banco John Deere e Banco Komatsu.

Obrigações sociais e trabalhistas

Em 31 de março de 2021, o saldo de obrigações sociais e trabalhistas totalizou R\$ 5.612 mil, apresentando um aumento de 31,0% em relação ao saldo posição desta conta em 31 de dezembro de 2020, quando totalizou R\$ 4.283 mil. Este aumento explica-se, principalmente, ao crescimento do custo de folha da Companhia que está ligado diretamente ao crescimento da receita bruta através da implantação de novos projetos.

Dividendos a pagar

Em 31 de março de 2021, o saldo de dividendos a pagar foi zerado, apresentando uma queda em relação ao saldo desta conta em 31 de dezembro de 2020, quando totalizou R\$ 5.500 mil. Esta queda reflete o pagamento de dividendos declarados em maio de 2020 e pagos em janeiro de 2021. Essa distribuição de dividendos está conectada à entrada do Speed Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia no quadro societário da Companhia.

Tributos diferidos

Em 31 de março de 2021, o saldo de tributos diferidos totalizou R\$ 22.099 mil, apresentando um aumento de 23,3% em relação ao saldo posição desta conta em 31 de dezembro de 2020, quando totalizou R\$ 17.920 mil. Este aumento explica-se, principalmente, pelo imposto de renda e contribuição social diferidos durante o primeiro trimestre de 2021. Esse diferimento ocorre, principalmente, pela diferença entre a depreciação fiscal e societária de parte dos nossos equipamentos.

Patrimônio líquido

Em 31 de março de 2021, o saldo do patrimônio líquido totalizou R\$ 142.160 mil, apresentando um aumento de 67,1% em relação ao saldo posição desta conta em 31 de dezembro de 2020, quando totalizou R\$ 85.060 mil. Este aumento explica-se, principalmente, pelo aporte de capital realizado pelo acionista da Companhia, Speed Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, de R\$ 50.404 mil em fevereiro de 2021.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Discussão das principais variações nas contas do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 em comparação a 31 de dezembro de 2019

Ativo

<i>R\$ milhares</i>	<i>Em 31 de dezembro de 2020</i>	<i>% Total</i>	<i>Em 31 de dezembro de 2019</i>	<i>% Total</i>	<i>Variação</i>
					<i>X</i>
					<i>31/12/20</i>
Caixa e equivalentes de caixa	84.767	19,7%	6.793	5,8%	1.147,9%
Contas a receber de clientes	23.866	5,5%	8.468	7,3%	181,8%
Estoques	1.985	0,5%	-	0,0%	n.m.
Tributos a recuperar	9.649	2,2%	1.809	1,6%	433,4%
Outros ativos	1.970	0,5%	569	0,5%	246,2%
Total do ativo circulante	122.237	28,4%	17.639	15,2%	593,0%
Tributos a recuperar	318	0,1%	-	0,0%	n.m.
Outros ativos	715	0,2%	229	0,2%	212,2%
Imobilizado	306.305	71,2%	98.431	84,6%	211,2%
Intangível	453	0,1%	79	0,1%	473,4%
Total do ativo não circulante	307.791	71,6%	98.739	84,8%	211,7%
Total do ativo	430.028	100,0%	116.378	100,0%	269,5%

Caixa e Equivalentes de Caixa

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de caixa e equivalentes de caixa totalizou R\$ 84.767 mil, apresentando um aumento de 1.147,9% em relação ao saldo posição desta conta em 31 de dezembro de 2019, quando totalizou R\$ 6.793 mil. Esta variação do caixa deveu-se, principalmente, (i) ao aporte de capital realizado pelo Speed Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, de R\$ 75.500 mil subscrito em junho de 2020 e integralizado ao longo de 2020, (ii) à política de caixa mínimo que determinava um montante mínimo de caixa de R\$ 50.000 mil ao fim de 2020, (iii) e a uma captação de uma linha de capital de giro com o Banco Itaú de R\$ 25.000 mil para financiar a aquisição de novos equipamentos em janeiro de 2021.

Contas a Receber

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de contas a receber totalizou R\$ 23.866 mil, apresentando um aumento de 181,8% em relação ao saldo posição desta conta em 31 de dezembro de 2019, quando totalizou R\$ 8.468 mil. Este aumento explica-se, principalmente, ao crescimento da receita bruta da Companhia e ao aumento do prazo médio de recebimento de clientes.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Tributos a Recuperar

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de tributos a recuperar totalizou R\$ 9.967 mil, apresentando um aumento de 451,0% em relação ao saldo posição desta conta em 31 de dezembro de 2019, quando totalizou R\$ 1.809 mil. Este aumento explica-se, principalmente, ao crédito de PIS e COFINS gerados na compra de novas máquinas e equipamentos.

Imobilizado

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de imobilizado totalizou R\$ 306.305 mil, apresentando um aumento de 211,2% em relação ao saldo posição desta conta em 31 de dezembro de 2019, quando totalizou R\$ 98.431 mil. Este aumento explica-se, principalmente, (i) pela aquisição de novos equipamentos em linha com a estratégia de crescimento da Companhia, e (ii) pelo aluguel do terreno da nossa nova oficina que gerou um direito de uso em arrendamento de R\$ 14.920 (incluindo outros alugueis).

Passivo e Patrimônio Líquido

<i>R\$ milhares</i>	<i>Em 31 de dezembro de 2020</i>	<i>% Total</i>	<i>Em 31 de dezembro de 2019</i>	<i>% Total</i>	<i>Variação</i>
					<i>31/12/20</i>
					<i>X</i>
					<i>31/12/19</i>
Fornecedores	12.781	3,0%	6.729	5,8%	89,9%
Empréstimos e financiamentos	64.963	15,1%	27.070	23,3%	140,0%
Arrendamento mercantil por direito de uso	1.156	0,3%	-	0,0%	n.m.
Obrigações sociais e trabalhistas	4.283	1,0%	1.772	1,5%	141,7%
Obrigações tributárias	250	0,1%	21	0,0%	1.090,5%
Parcelamentos de tributos	130	0,0%	60	0,1%	116,7%
Dividendos a pagar	5.500	1,3%	500	0,4%	1.000,0%
Partes relacionadas	608	0,1%	-	0,0%	n.m.
Outras contas a pagar	169	0,0%	-	0,0%	n.m.
Total do passivo circulante	89.840	20,9%	36.152	31,1%	148,5%
Empréstimos e financiamentos	223.592	52,0%	45.754	39,3%	388,7%
Arrendamento mercantil por direito de uso	13.059	3,0%	-	0,0%	n.m.
Parcelamentos de tributos	557	0,1%	389	0,3%	43,2%
Tributos diferidos	17.920	4,2%	10.974	9,4%	63,3%
Total do passivo não circulante	255.128	59,3%	57.117	49,1%	346,7%
Capital social	76.205	17,7%	230	0,2%	33.032,6%
Reserva de lucros	8.855	2,1%	22.879	19,7%	(61,3%)
Total do patrimônio líquido	85.060	19,8%	23.109	19,9%	268,1%
Total do passivo e do patrimônio líquido	430.028	100,0%	116.378	100,0%	269,5%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de fornecedores totalizou R\$ 12.781 mil, apresentando um aumento de 89,9% em relação ao saldo posição desta conta em 31 de dezembro de 2019, quando totalizou R\$ 6.729 mil. Este aumento é explicado, principalmente, por equipamentos que foram adquiridos através da emissão do financiamento de FINAME mas cujo desembolso não havia ocorrido em 31 de dezembro de 2020. Ao emitirmos o financiamento o fornecedor foi pago e criou-se um passivo com o banco emissor.

Empréstimos e financiamentos

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de empréstimos e financiamentos totalizou R\$ 288.555 mil, apresentando um aumento de 296,2% em relação ao saldo posição desta conta em 31 de dezembro de 2019, quando totalizou R\$ 72.824 mil. Este aumento explica-se, principalmente, pela emissão de R\$ 245.589 mil em novos financiamentos emitidos com o objetivo de financiar a estratégia de crescimento da Companhia através da compra de novas máquinas, caminhões e equipamentos. Em contrapartida, amortizamos R\$31.904 mil de financiamentos ao longo de 2020.

Obrigações sociais e trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de obrigações sociais e trabalhistas totalizou R\$ 4.283 mil, apresentando um aumento de 141,7% em relação ao saldo posição desta conta em 31 de dezembro de 2019, quando totalizou R\$ 1.772 mil. Este aumento explica-se, principalmente, ao crescimento do custo de folha da Companhia que está ligado diretamente ao crescimento da receita bruta através da implantação de novos projetos.

Dividendos a pagar

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de dividendos a pagar totalizou R\$ 5.500 mil, apresentando um aumento em relação ao saldo em 31 de dezembro de 2019, quando totalizou R\$ 500 mil. Esse aumento reflete o pagamento de dividendos declarados em maio de 2020 e pagos em janeiro de 2021. Essa distribuição de dividendos está conectada à entrada do Speed Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia no quadro societário da Companhia.

Tributos diferidos

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de tributos diferidos totalizou R\$ 17.920 mil, apresentando um aumento de 63,3% em relação ao saldo posição desta conta em 31 de dezembro de 2019, quando totalizou R\$ 10.974 mil. Este aumento explica-se, principalmente, pelo imposto de renda e contribuição social diferidos durante o ano de 2020. Esse diferimento ocorre, principalmente, pela diferença entre a depreciação fiscal e societária de parte dos nossos equipamentos.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo do patrimônio líquido totalizou R\$ 85.060 mil, apresentando um aumento de 268,1% em relação ao saldo posição desta conta em 31 de dezembro de 2019, quando totalizou R\$ 23.109 mil. Este aumento explica-se, principalmente, pela subscrição de novas ações realizada pelo acionista da Companhia, Speed Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, de R\$ 75.500 mil em junho de 2020.

Discussão das principais variações nas contas do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 em comparação a 31 de dezembro de 2018.

Ativo

<i>R\$ milhares</i>	<i>Em 31 de dezembro de 2019</i>	<i>% Total</i>	<i>Em 31 de dezembro de 2018</i>	<i>% Total</i>	<i>Variação</i>
					<i>X</i>
					<i>31/12/18</i>
Caixa e equivalentes de caixa	6.793	5,8%	2.460	3,3%	176,1%
Contas a receber de clientes	8.468	7,3%	5.611	7,4%	50,9%
Tributos a recuperar	1.809	1,6%	2.361	3,1%	(23,4%)
Outros ativos	569	0,5%	231	0,3%	146,3%
Total do ativo circulante	17.639	15,2%	10.663	14,2%	65,4%
Outros ativos	229	0,2%	203	0,3%	12,8%
Imobilizado	98.431	84,6%	64.345	85,4%	53,0%
Intangível	79	0,1%	110	0,1%	(28,2%)
Total do ativo não circulante	98.739	84,8%	64.658	85,8%	52,7%
Total do ativo	116.378	100,0%	75.321	100,0%	54,5%

Caixa e Equivalentes de Caixa

Em 31 de dezembro 2019, o saldo de caixa e equivalentes de caixa totalizou R\$6.793 mil, apresentando um aumento de 176,1% em relação ao saldo posição desta conta em 31 de dezembro de 2018, quando totalizou R\$2.460 mil. Esta variação do caixa deveu-se, principalmente, à geração de fluxo de caixa operacional da Companhia durante o ano de 2019.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Contas a Receber de clientes

Em 31 de dezembro 2019, o saldo de contas a receber de clientes totalizou R\$ 8.468 mil, apresentando um aumento de 50,9% em relação ao saldo desta conta em 31 de dezembro de 2018, quando totalizou R\$ 5.611 mil. Este aumento explica-se, principalmente, ao crescimento da receita bruta da Companhia.

Tributos a Recuperar

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de tributos a recuperar totalizou R\$ 1.809 mil, apresentando uma queda de 23,4% em relação ao saldo desta conta em 31 de dezembro de 2018, quando totalizou R\$ 2.361 mil. Esta queda reflete a utilização dos créditos de PIS e COFINS, gerados na compra de novas máquinas e equipamentos, para deduzir dos impostos que incidem sobre a receita bruta. Essa queda foi compensada em parte pelos créditos de PIS e COFINS gerados na compra de novas máquinas e equipamentos durante o exercício de 2019.

Imobilizado

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de imobilizado totalizou R\$ 98.431 mil, apresentando um aumento de 53,0% em relação ao saldo desta conta em 31 de dezembro de 2018, quando totalizou R\$ 64.345 mil. Este aumento explica-se, principalmente, pela aquisição de novos equipamentos em linha com a estratégia de crescimento da Companhia.

Passivo e Patrimônio Líquido

R\$ milhares	Em 31 de dezembro de 2019	% Total	Em 31 de dezembro de 2018	% Total	Variação 31/12/19 x 31/12/18
Fornecedores	6.729	5,8%	2.138	2,8%	214,7%
Empréstimos e financiamentos	27.070	23,3%	15.247	20,2%	77,5%
Obrigações sociais e trabalhistas	1.772	1,5%	921	1,2%	92,4%
Obrigações tributárias	21	0,0%	21	0,0%	0,0%
Parcelamentos de tributos	60	0,1%	62	0,1%	(3,2%)
Dividendos a pagar	500	0,4%	-	0,0%	n.m.
Outras contas a pagar	-	0,0%	110	0,1%	(100,0%)
Total do passivo circulante	36.152	31,1%	18.499	24,6%	95,4%
Fornecedores	-	0,0%	991	1,3%	(100,0%)
Empréstimos e financiamentos	45.754	39,3%	33.543	44,5%	36,4%
Parcelamentos de tributos	389	0,3%	454	0,6%	(14,3%)
Tributos diferidos	10.974	9,4%	5.155	6,8%	112,9%
Outros passivos	-	0,0%	47	0,1%	(100,0%)
Total do passivo não circulante	57.117	49,1%	40.190	53,4%	42,1%
Capital social	230	0,2%	230	0,3%	0,0%
Reserva de lucros	22.879	19,7%	16.402	21,8%	39,5%
Total do patrimônio líquido	23.109	19,9%	16.632	22,1%	38,9%
Total do passivo e do patrimônio líquido	116.378	100,0%	75.321	100,0%	54,5%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de fornecedores totalizou R\$ 6.729 mil, apresentando um aumento de 115,1% em relação ao saldo posição desta conta em 31 de dezembro de 2018, quando totalizou R\$ 3.129 mil. Este aumento explica-se, principalmente, em razão do crescimento dos custos e despesas da Companhia que estão ligados diretamente ao crescimento da receita bruta. Além disso, parte desse aumento advém da compra de novas máquinas e equipamentos cujo pagamento foi realizado no mês seguinte ao fechamento.

Empréstimos e financiamentos

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de empréstimos e financiamentos totalizou R\$ 72.824 mil, apresentando um aumento de 49,3% em relação ao saldo posição desta conta em 31 de dezembro de 2018, quando totalizou R\$ 48.790 mil. Este aumento explica-se, principalmente, pela emissão de R\$ 43.317 mil de novos financiamentos emitidos com o objetivo de financiar a estratégia de crescimento da Companhia através da compra de novas máquinas, caminhões e equipamentos. Em contrapartida, amortizamos R\$ 19.302 mil de financiamentos ao longo de 2019.

Obrigações sociais e trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de obrigações sociais e trabalhistas totalizou R\$ 1.772 mil, apresentando um aumento de 92,4% em relação ao saldo posição desta conta em 31 de dezembro de 2018, quando totalizou R\$ 921 mil. Este aumento explica-se, principalmente, ao crescimento do custo de folha da Companhia que está ligado diretamente ao crescimento da receita bruta através da implantação de novos projetos.

Tributos diferidos

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de tributos diferidos totalizou R\$ 10.974 mil, apresentando um aumento de 112,9% em relação ao saldo desta conta em 31 de dezembro de 2018, quando totalizou R\$ 5.155 mil. Este aumento explica-se, principalmente, pelo imposto de renda e contribuição social diferidos durante o ano de 2019. Esse diferimento ocorre, principalmente, pela diferença entre a depreciação fiscal e societária de parte dos nossos equipamentos.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DO EXERCÍCIO

Demonstrações do Resultado dos Períodos de três meses encerrados em 31 de março de 2021 e 2020.

<i>R\$ milhares</i>	Período de Três Meses Encerrado em 31 de março de 2021		Período de Três Meses Encerrado em 31 de março de 2020		Variação 1T 2021 X 1T 2020
		% Receita		% Receita	
Receita líquida operacional	51.755	100,0%	19.827	100,0%	161,0%
Custo dos serviços prestados	(28.443)	(55,0%)	(10.584)	(53,4%)	168,7%
Lucro bruto	23.312	45,0%	9.243	46,6%	152,2%
Administrativas e comerciais	(4.338)	(8,4%)	(1.944)	(9,8%)	123,1%
Lucro operacional antes do resultado financeiro	18.974	36,7%	7.299	36,8%	160,0%
Despesas financeiras	(7.443)	(14,4%)	(2.498)	(12,6%)	198,0%
Receitas financeiras	447	0,9%	125	0,6%	257,6%
Resultado financeiro líquido	(6.996)	(13,5%)	(2.373)	(12,0%)	194,8%
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	11.978	23,1%	4.926	24,8%	143,2%
<u>Imposto de renda e da contribuição social</u>					
Corrente	(134)	(0,3%)	-	0,0%	n.m.
Diferido	(4.179)	(8,1%)	(1.878)	(9,5%)	122,5%
Lucro líquido do exercício	7.665	14,8%	3.048	15,4%	151,5%

Receita líquida operacional

A Receita líquida operacional da Companhia decorre principalmente da locação de máquinas e equipamentos e da prestação de serviços de manutenção e operação desses equipamentos. O total da Receita líquida operacional no período de três meses encerrado em 31 de março de 2021 correspondeu a R\$ 51.755 mil, um aumento de 161,0%, em relação ao período de três meses encerrado em 31 de março de 2020, quando totalizou R\$ 19.827 mil. As variações na Receita líquida operacional são explicadas, principalmente, pelo aumento da frota disponibilizada para locação. A Companhia investiu, entre 31 de março de 2020 e 31 de março de 2021, R\$ 139.966 mil na expansão da frota para aluguel e no apoio dessa frota (instalações, frota de apoio, entre outros). Esses equipamentos foram locados ao longo desse período o que reflete no aumento da receita observado.

As deduções de receita com relação a PIS, COFINS e ISS corresponderam a R\$ 5.365 mil no período de três meses encerrado em 31 de março de 2021, o que corresponde a um aumento de 141,7% em relação ao valor de R\$ 2.220 mil registrado no período de três meses encerrado em 31 de março de 2020. O aumento é proporcional ao aumento da receita bruta da Companhia, com consequente aumento da carga tributária incidente com relação a PIS e COFINS.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Custos dos Serviços Prestados

O custo dos serviços prestados corresponderam a R\$ 28.443 mil no período de três meses encerrado em 31 de março de 2021, o que corresponde a um aumento de 168,7% em relação ao valor de R\$ 10.584 mil no período de três meses encerrado em 31 de março de 2020. Em termos de percentual da receita líquida do período os custo dos produtos vendidos apresentou um aumento de 53,4% para 55,0%. O aumento absoluto é diretamente relacionado ao crescimento da nossa operação.

Lucro Bruto

O lucro bruto apresentou aumento de 152,2% no período de três meses encerrado em 31 de março de 2021, quando representava R\$ 23.312 mil, em comparação a R\$ 9.243 mil no período de três meses encerrado em 31 de março de 2020. Em termos de percentual da receita líquida do período o lucro bruto apresentou uma leve redução de 46,6% para 45,0%.

Despesas Administrativas e Comerciais

As despesas administrativas e comerciais apresentaram um aumento de 123,1% no período de três meses encerrado em 31 de março de 2021, quando representava R\$ 4.338 mil, em comparação a R\$ 1.944 mil no período de três meses encerrado em 31 de março de 2020. Em termos de percentual da receita líquida do período, as despesas administrativas e comerciais apresentaram um aumento de -9,8% para -8,4%. Essa queda é explicada pela diluição de despesas fixas de pessoal e processos administrativos dado o aumento da receita da Companhia.

Resultado Financeiro Líquido

O Resultado Financeiro Líquido líquido no período de três meses encerrado em 31 de março de 2021 correspondeu a uma despesa financeira de R\$ 6.996 mil, um aumento de 194,8% em relação ao período de três meses encerrado em 31 de março de 2020, quando totalizou uma despesa financeira de R\$ 2.373 mil. A variação apresentada é explicada, principalmente, pelo aumento do endividamento da Companhia, parcialmente compensado por uma queda no custo de captação.

Imposto de Renda e Contribuição Social

Os montantes de imposto de renda e contribuição social totalizaram uma despesa de R\$ 4.313 mil no período de três meses encerrado em 31 de março de 2021, comparado a R\$ 1.878 mil do período de três meses encerrado em 31 de março de 2020, uma variação de 129,7% no período. Essa variação decorreu, principalmente, do aumento do lucro tributável que é um resultado da soma das receitas e despesas descritas acima. A taxa de imposto incidente se manteve constante em 34%.

Além disso, no período de três meses encerrado em 31 de março de 2021 houve o reconhecimento do custo relacionado à emissão de ações, de R\$ 969 mil, pago aos assessores financeiros da Companhia no contexto do aporte de R\$ 50.404 mil realizado pelo Speed Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia em fevereiro de 2021. Esse custo é reconhecido como despesa na competência fiscal, gerando uma redução de alíquota efetiva nos números societários.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Lucro Líquido do Exercício

Como resultado das variações acima indicadas, a Companhia registrou lucro líquido de R\$ 7.665 mil no período de três meses encerrado em 31 de março de 2021, correspondeu a um aumento de 151,5% em relação ao período de três meses encerrado em 31 de março de 2020, quando totalizou R\$ 3.048 mil.

Demonstrações do Resultado dos Exercícios Sociais Encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

<i>R\$ milhares</i>	<i>Em 31 de dezembro de 2020</i>		<i>Em 31 de dezembro de 2019</i>		<i>X 2020</i>	<i>Variação 2019</i>
	<i>% Receita</i>	<i>2019</i>	<i>% Receita</i>	<i>2019</i>		
Receita líquida operacional	111.294	100,0%	61.374	100,0%		81,3%
Custo dos serviços prestados	(61.040)	(54,8%)	(34.481)	(56,2%)		77,0%
Lucro bruto	50.254	45,2%	26.893	43,8%		86,9%
Administrativas e comerciais	(10.434)	(9,4%)	(4.288)	(7,0%)		143,3%
Lucro operacional antes do resultado financeiro	39.820	35,8%	22.605	36,8%		76,2%
Despesas financeiras	(16.200)	(14,6%)	(7.813)	(12,7%)		107,3%
Receitas financeiras	859	0,8%	296	0,5%		190,2%
Resultado financeiro líquido	(15.341)	(13,8%)	(7.517)	(12,2%)		104,1%
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	24.479	22,0%	15.088	24,6%		62,2%
<u>Imposto de renda e da contribuição social</u>						
Corrente	-	0,0%	(106)	(0,2%)		(100,0%)
Diferido	(6.946)	(6,2%)	(5.818)	(9,5%)		19,4%
Lucro líquido do exercício	17.533	15,8%	9.164	14,9%		91,3%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Receita líquida operacional

A Receita líquida operacional da Companhia decorre principalmente da locação de máquinas e equipamentos e da prestação de serviços de manutenção e operação desses equipamentos. O total da Receita líquida operacional no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 correspondeu a R\$ 111.294 mil, um aumento de 81,3%, em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, quando totalizou R\$ 61.374 mil. As variações na Receita líquida operacional são explicadas, principalmente, pelo aumento da frota disponibilizada para locação. A Companhia investiu, entre 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2020, R\$ 226.495 mil na expansão da frota para locação e no apoio dessa frota (instalações, frota de apoio, entre outros). Esses equipamentos foram locados ao longo desse período o que reflete no aumento da receita observado.

As deduções de receita com relação a ISS, PIS e COFINS corresponderam a R\$ 12.290 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, o que corresponde a um aumento de 80,1% em relação ao valor de R\$ 6.825 mil registrado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. O aumento é proporcional ao aumento da receita bruta da Companhia, com consequente aumento da carga tributária incidente com relação a ISS, PIS e COFINS.

Custos dos Serviços Prestados

O custo dos serviços prestados corresponderam a R\$ 61.040 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, o que corresponde a um aumento de 77,0% em relação ao valor de R\$ 34.481 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Em termos de percentual da receita líquida do período os custo dos serviços prestados apresentou uma queda de 56,2% para 54,8%. O aumento absoluto é diretamente relacionado ao crescimento da nossa operação. A queda relativa é uma combinação de (i) ganho de escala na compra de insumos e peças, (ii) melhora em procedimentos de compras e manutenção, e (iii) diluição de custos fixos que não apresentam crescimento proporcional ao crescimento da receita líquida.

Lucro Bruto

O lucro bruto apresentou aumento de 86,9% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, quando representava R\$ 50.254 mil, em comparação a R\$ 26.893 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Em termos de percentual da receita líquida do período o lucro bruto apresentou um aumento de 43,8% para 45,2%. Esse aumento do lucro bruto é explicado pelo aumento da receita líquida e um crescimento menor dos custos dos produtos vendidos (descrito no item acima).

Despesas Administrativas e Comerciais

As despesas administrativas e comerciais apresentaram um aumento de 143,3% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, quando representava R\$ 10.434 mil, em comparação a R\$ 4.288 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Em termos de percentual da receita líquida do período as despesas administrativas e comerciais apresentaram um aumento de 7,0% para 9,4%. Esse aumento é explicado por (i) aumento do quadro de funcionários administrativos para suportar o crescimento da Companhia, (ii) criação de áreas completamente novas na Companhia como (a) análise de crédito de novos clientes, (b) área de eficiência, e (c) área de compra de equipamentos usados, (iii) aumento da despesa de marketing digital, e (iv) aumento da despesa de sistemas.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A administração da Companhia acredita que as despesas adicionadas nesse período são chave para a implantação do plano de crescimento.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro líquido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 correspondeu a uma despesa financeira de R\$ 15.341 mil, um aumento de 104,1% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, quando totalizou uma despesa financeira de R\$ 7.517 mil. A variação apresentada é explicada, principalmente, pelo aumento do endividamento da Companhia.

Imposto de Renda e Contribuição Social

Os montantes de imposto de renda e contribuição social totalizaram uma despesa de R\$ 6.946 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, que, comparado a R\$ 5.924 mil do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, apresenta uma variação de 17,3% no período. Essa variação foi menor do que o esperado, pois, no período do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, houve um custo relacionado à emissão de ações de R\$ 5.168 mil pago aos assessores financeiros e legais da Companhia no contexto do aporte de R\$ 50.404 mil do Speed Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia. Esse custo é reconhecido como despesa na competência fiscal, gerando uma redução de alíquota efetiva nos números societários.

Lucro Líquido do Exercício

Como resultado das variações acima indicadas, a Companhia registrou lucro líquido de R\$ 17.533 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, correspondeu a um aumento de 91,3% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, quando totalizou R\$ 9.164 mil.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Demonstrações do Resultado dos Exercícios Sociais Encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

R\$ milhares	Em 31 de dezembro de 2019	% Receita	Em 31 de dezembro de 2018	% Receita	Variação
					2019
					X
Receita líquida operacional	61.374	100,0%	42.738	100,0%	43,6%
Custo dos serviços prestados	(34.481)	(56,2%)	(25.845)	(60,5%)	33,4%
Lucro bruto	26.893	43,8%	16.893	39,5%	59,2%
Administrativas e comerciais	(4.288)	(7,0%)	(2.330)	(5,5%)	84,0%
Lucro operacional antes do resultado financeiro	22.605	36,8%	14.563	34,1%	55,2%
Despesas financeiras	(7.813)	(12,7%)	(5.473)	(12,8%)	42,8%
Receitas financeiras	296	0,5%	563	1,3%	(47,4%)
Resultado financeiro líquido	(7.517)	(12,2%)	(4.910)	(11,5%)	53,1%
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	15.088	24,6%	9.653	22,6%	56,3%
<u>Imposto de renda e da contribuição social</u>					
Corrente	(106)	(0,2%)	-	0,0%	n.m.
Diferido	(5.818)	(9,5%)	(3.334)	(7,8%)	74,5%
Lucro líquido do exercício	9.164	14,9%	6.319	14,8%	45,0%

Receita líquida operacional

A Receita líquida operacional da Companhia decorre principalmente da locação de máquinas e equipamentos e da prestação de serviços de manutenção e operação desses equipamentos. O total da Receita líquida operacional no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 correspondeu a R\$ 61.374 mil, um aumento de 43,6%, em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, quando totalizou R\$ 42.738 mil. As variações na Receita líquida operacional são explicadas, principalmente, pelo aumento da frota disponibilizada para locação. A Companhia investiu, entre 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2019, R\$ 48.065 mil na expansão da frota para locação e no apoio dessa frota (instalações, frota de apoio, entre outros). Esses equipamentos foram locados ao longo desse período o que reflete no aumento da receita observado.

As deduções de receita com relação a ISS, PIS e COFINS corresponderam a R\$ 6.825 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, o que corresponde a um aumento de 40,1% em relação ao valor de R\$ 4.872 mil registrado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. O aumento é proporcional ao aumento da receita bruta da Companhia, com consequente aumento da carga tributária incidente, com relação a ISS, PIS e COFINS.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Custos dos Serviços Prestados

O custo dos serviços prestados corresponderam a R\$ 34.481 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, o que corresponde a um aumento de 33,4% em relação ao valor de R\$ 25.845 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Em termos de percentual da receita líquida do período os custo dos serviços prestados apresentou uma queda de 60,5% para 56,2%. O aumento absoluto é diretamente relacionado ao crescimento da nossa operação. A queda relativa é uma combinação de (i) ganho de escala na compra de insumos e peças, (ii) melhora em procedimentos de compras e manutenção, e (iii) diluição de custos fixos que não apresentam crescimento proporcional ao crescimento da receita líquida.

Lucro Bruto

O lucro bruto apresentou aumento de 59,2% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, quando representava R\$ 26.893 mil, em comparação a R\$ 16.893 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Em termos de percentual da receita líquida do período o lucro bruto apresentou um aumento de 39,5% para 43,8%. Esse aumento do lucro bruto é explicado pelo aumento da receita líquida e um crescimento menor dos custos dos produtos vendidos (descrito no item acima).

Despesas Administrativas e Comerciais

As despesas administrativas e comerciais apresentaram um aumento de 84,0% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, quando representava R\$ 4.288 mil, em comparação a R\$ 2.330 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Em termos de percentual da receita líquida do período as despesas administrativas e comerciais apresentaram um aumento de 5,5% para 7,0%. Esse aumento é explicado por (i) aumento do quadro de funcionários administrativos para suportar o crescimento da Companhia, (ii) aumento da despesa de marketing digital, (iii) aumento da despesa de sistemas.

A administração da Companhia acredita que as despesas adicionadas nesse período são chave para a implantação do plano de crescimento.

Resultado Financeiro Líquido

O resultado financeiro líquido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 correspondeu a uma despesa financeira de R\$ 7.517 mil, um aumento de 53,1% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, quando totalizou uma despesa financeira de R\$ 4.910 mil. A variação apresentada é explicada, principalmente, pelo aumento do endividamento da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Imposto de Renda e Contribuição Social

Os montantes de imposto de renda e contribuição social totalizaram uma despesa de R\$ 5.924 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, comparado a R\$ 3.334 mil do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, uma variação de 77,7% no período. Essa variação decorreu, principalmente, do aumento do lucro tributável que é um resultado da soma das receitas e despesas descritas acima. A taxa de imposto incidente se manteve constante em 34%.

Lucro Líquido do Exercício

Como resultado das variações acima indicadas, a Companhia registrou lucro líquido de R\$ 9.164 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, correspondeu a um aumento de 45,0% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, quando totalizou R\$ 6.319 mil.

FLUXOS DE CAIXA

Demonstrações do Fluxo de Caixa dos Períodos de Três meses Encerrados em 31 de março de 2021 e 2020.

<i>R\$ milhares</i>	<i>Período de Três Meses Encerrado em 31 de março de</i>	
	<i>2021</i>	<i>2020</i>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	84.767	6.793
Caixa líquido das atividades operacionais	(108.098)	(821)
Caixa líquido das atividades de investimento	1.807	(11)
Caixa líquido das atividades de financiamento	130.487	(1.556)
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	108.963	4.405

O caixa líquido aplicado nas atividades operacionais totalizou R\$ 108.098 mil no período findo em 31 de março de 2021, comparado a caixa líquido aplicado de R\$ 821 mil no período findo em 31 de março de 2020, representando uma diminuição de caixa de R\$ 107.277 mil. Essa redução decorreu principalmente pela aquisição de ativos imobilizados (composto em sua maioria por frota para locação) com caixa próprio da Companhia no montante de R\$ 106.279 mil em 2021, comparado a R\$ 2.500 mil em 2020.

O caixa líquido gerado nas atividades de investimento totalizou R\$ 1.807 mil no período findo em 31 de março de 2021, comparado a caixa líquido aplicado de R\$ 11 mil no período findo em 31 de março de 2020. Essa redução decorreu principalmente pela venda de ativos do imobilizado no montante de R\$ 1.880 mil em 2021 comparado a R\$ 0 em 2020.

O caixa líquido gerado nas atividades de financiamento totalizou R\$ 130.487 mil no período findo em 31 de março de 2021, comparado a caixa líquido aplicado de R\$ 1.556 mil no período findo em 31 de março de 2020, representando um aumento de caixa de R\$ 132.043 mil. Esse aumento decorreu principalmente de (i) captação de financiamentos diretos de R\$ 118.715 mil e (ii) captação de capital de R\$ 50.404 mil. Ambos compensados parcialmente pelo pagamento de dividendos R\$ 5.500 mil e amortização de dívidas de R\$ 31.710 mil do qual inclui o pré-pagamento de dívidas.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Demonstrações do Fluxo de Caixa dos Exercícios Sociais Encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

<i>R\$ milhares</i>	Período de Doze Meses Encerrado em 31 de dezembro de	
	2020	2019
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6.793	2.460
Caixa líquido das atividades operacionais	(75.112)	22.266
Caixa líquido das atividades de investimento	(280)	1.368
Caixa líquido das atividades de financiamento	153.366	(19.300)
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	84.767	6.794

O caixa líquido aplicado nas atividades operacionais totalizou R\$ 75.112 mil no período findo em 31 de dezembro de 2020, comparado a caixa líquido gerado de R\$ 22.266 mil no período findo em 31 de dezembro de 2019, representando uma diminuição de caixa de R\$ 97.378 mil. Essa redução decorreu principalmente pela aquisição de ativos imobilizados (composto em sua maioria por frota para locação) com caixa próprio da Companhia no montante de R\$ 101.279 mil em 2020, comparado a R\$ 2.837 mil em 2019.

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimento totalizou R\$ 280 mil no período findo em 31 de dezembro de 2020, comparado a caixa líquido gerado de R\$ 1.368 mil no período findo em 31 de dezembro de 2019. Essa redução decorreu principalmente pela aquisição de ativos intangíveis no montante de R\$ 410 mil em 2020 e um recebimento menor, no montante de R\$ 130 mil, pela venda de imobilizado comparado a R\$ 0 e R\$ 1.368 mil, respectivamente, em 2019.

O caixa líquido gerado nas atividades de financiamento totalizou R\$ 153.366 mil no período findo em 31 de dezembro de 2020, comparado a caixa líquido aplicado de R\$ 19.300 mil no período findo em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de caixa de R\$ 172.666 mil. Esse aumento decorreu principalmente de (i) captação de financiamentos diretos de R\$ 136.285 mil e (ii) captação de capital de R\$ 75.975 mil. Ambos compensados parcialmente pelo pagamento de dividendos R\$ 21.389 mil e amortização de dívidas de R\$ 31.904 mil.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Demonstrações do Fluxo de Caixa dos Exercícios Sociais Encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

<i>R\$ milhares</i>	Período de Doze Meses Encerrado em 31 de dezembro de	
	2019	2018
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.460	2.290
Caixa líquido das atividades operacionais	22.266	9.886
Caixa líquido das atividades de investimento	1.368	1.598
Caixa líquido das atividades de financiamento	(19.300)	(11.314)
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	6.794	2.460

O caixa líquido gerado nas atividades operacionais totalizou R\$ 22.266 mil no período findo em 31 de dezembro de 2019, comparado a R\$ 9.886 mil no período findo em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de caixa de R\$ 12.380 mil. Esse aumento decorreu principalmente do aumento do lucro antes do imposto de renda e contribuição social, que foi de R\$ 15.088 mil em 2019, comparado a R\$ 9.653 mil em 2018.

O caixa líquido gerado pelas atividades de investimento totalizou R\$ 1.368 mil no período findo em 31 de dezembro de 2019, comparado a caixa líquido gerado de R\$ 1.598 mil no período findo em 31 de dezembro de 2018. Essa redução decorreu principalmente da venda de imobilizado em 2019 que totalizou R\$ 1.368 mil, comparado a R\$1.708 mil em 2018.

O caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento totalizou R\$ 19.300 mil no período findo em 31 de dezembro de 2019, comparado a R\$ 11.314 mil no período findo em 31 de dezembro de 2018, representando uma redução de caixa de R\$ 7.986 mil. Essa alteração é diretamente relacionada ao crescimento da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

a) Resultados das operações da Companhia e suas controladas, em especial:

(i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Os resultados operacionais da Companhia são oriundos da atividade de locação de máquinas e equipamentos e prestação de serviços relacionados à locação de máquinas e equipamentos e venda de ativos que compõe o imobilizado da Companhia:

- (i) Locação de máquinas linha amarela, plataformas elevatórias, caminhões e equipamentos pesados com ou sem cessão de mão de obra (operador dos equipamentos), que viabilizam as demandas técnicas para atender as necessidades de clientes. As faturas são emitidas no final do mês corrente, após a prestação de serviço. Os pagamentos são realizados após a emissão das faturas. A receita é reconhecida ao longo do tempo conforme a utilização das máquinas e equipamentos pelo cliente.
- (ii) A receita de venda de ativos do imobilizado (máquinas e caminhões) é uma atividade acessória e complementar à atividade de locação de equipamentos. A Companhia aliena máquina e caminhões através de seus consultores comerciais, os quais utilizam de plataformas de anúncios para divulgação dos ativos. A receita de venda de ativos é reconhecida quando se transfere o controle do ativo para o cliente, geralmente na entrega dos produtos. A liquidação dessa venda é realizada a vista, no vencimento da fatura. A Companhia não fornece nenhum tipo de garantia sobre o ativo comercializado.

(Em milhares de Reais, exceto percentuais)	Período de três meses findos em 31 de março de		Variação 1T21 x 1T20	Exercícios encerrados em 31 de dezembro de			Variação 2020 x 2019	Variação 2019 x 2018
	2021	2020		2020	2019	2018		
Locação de equipamentos e prestação de serviços	55.140	22.042	150,2%	123.137	66.829	45.902	84,3%	45,6%
Venda de imobilizados usados	1.980	5	39.500,0%	447	1.370	1.709	(67,4%)	(19,8%)
Receita operacional bruta	57.120	22.047	159,1%	123.584	68.199	47.610	81,2%	43,2%

(ii) Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Os resultados operacionais da Companhia foram impactados especialmente pelo seu crescimento. Neste sentido, os principais fatores que influenciaram este crescimento são:

- (i) Um aumento do número de equipamentos que a Companhia foi capaz de adquirir e disponibilizar para seus clientes nos últimos anos. Período no qual a frota para locação atingiu 259 equipamentos em 31 de dezembro de 2018 para 1.403 equipamentos em 31 de março de 2021; e

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

- (ii) A capacidade comercial da Companhia em conseguir manter taxas de utilização elevadas de sua frota mesmo com o crescimento acelerado observado pela Companhia no mesmo período. Isso foi possível, em ordem de relevância, em razão da adição de novos clientes à carteira da Companhia; do aprimoramento da relação comercial com clientes existentes por meio do aumento do número de máquinas alugadas para esses clientes; e da expansão dos negócios da Companhia para novas regiões do país com a utilização do modelo “Asset Sharing” além daquelas em que a Companhia já atua (sudeste e centro-oeste).

b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços:

A Companhia tem sido, historicamente, capaz de repassar para seus clientes variações positivas e negativas nos custos de seus produtos. Tais variações podem ser causadas pela taxa de inflação, taxa de juros, taxa de câmbio e outros elementos que impactam os custos de produção por parte de seus fornecedores.

Além disso, os preços dos equipamentos comprados para locação afetam diretamente o preço de locação praticado pela Companhia. Na opnião da Adminsitracão, a inflação observada nos preços de aquisição de equipamentos no Brasil foi superior a índices como o IPCA e isso teve um impacto positivo no resultado da Companhia, pois permitiu reduzir as taxas de locação cobradas de clientes ao locar equipamentos mais antigos frente às taxas de locação cobradas de clientes ao locar equipamentos adquiridos no presente.

c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante:

A Companhia detinha em 31 de março de 2021 R\$ 278.766 mil em dívidas indexadas com base na SELIC ou no CDI. Dessa maneira, um aumento ou diminuição do CDI poderá impactar o montante dos juros a serem pagos das nossas dívidas. Os Diretores da Companhia esclarecem que a variação negativa do CDI no último exercício social impactou positivamente a Companhia, bem como a redução do custo de dívida.

A Companhia não foi capaz de identificar impactos negativos em sua operação decorrentes da inflação. Todos os contratos com prazo superior a um ano têm como correção algum índice inflacionário de modo a mitigar o impacto de ambientes com alta inflação.

Nos últimos 3 (três) exercícios sociais e no exercício social corrente não houve nenhum impacto que represente montante relevante em função da variação de preços dos insumos e do câmbio.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

a) *Introdução ou alienação de segmento operacional*

Nenhum segmento operacional foi introduzido ou alienado no âmbito das atividades da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 ou no exercício social corrente.

b) *Constituição, aquisição ou alienação de participação societária*

A Companhia não constituiu quaisquer sociedades ou adquiriu e/ou alienou qualquer participação societária em quaisquer sociedades nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 ou no exercício social corrente.

Em junho de 2020, o Speed Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, um fundo gerido pela Gávea Investimentos, adquiriu uma participação de 29,0% no capital social da Companhia e, em fevereiro de 2021, por meio do exercício de uma opção contratual, ampliou essa participação para 39,94%. Para maiores informações, vide item 15.7 deste Formulário de Referência.

c) *Eventos ou operações não usuais*

Não houve qualquer evento ou operação não usual na Companhia nos últimos três exercícios sociais ou no exercício social corrente.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

a) Mudanças significativas nas práticas contábeis

Não houve mudanças contábeis significativas no período de três meses findo em 31 de março de 2021. As alterações ocorridas nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019 estão descritas no item (b) elencado logo abaixo. Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, também não houve mudanças contábeis significativas.

b) *Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis*

(i) *Mudanças no exercício de 31 de dezembro 2020*

CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil

A Companhia adotou o CPC 06(R2)/IFRS 16 utilizando a abordagem retrospectiva modificada, na qual o efeito cumulativo da aplicação inicial é reconhecido no saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2020. Consequentemente, as informações comparativas apresentadas para 2019 e 2018 não estão rerepresentadas - ou seja, são apresentadas, conforme reportado anteriormente, de acordo com o CPC 06(R1)/IAS 17 e interpretações relacionadas. Além disso, os requerimentos de divulgação no CPC 06(R2)/IFRS 16 em geral não foram aplicados a informações comparativas.

c) *Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor*

Não ocorreram ressalvas no relatório dos auditores independentes relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

Não ocorreram ênfases no relatório dos auditores independentes relativos aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.

A Companhia informa que o relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras findas em 31 de dezembro de 2019 foi emitido com parágrafo de ressalva. A ressalva foi descrita desta forma pelos Auditores Independentes:

“Não examinamos, nem foram examinadas por outros auditores independentes, as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017. Dessa forma, como os saldos patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 são utilizados na determinação do resultado do exercício e em outras informações constantes nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, não nos foi possível determinar a existência ou não de ajustes que teriam sido necessários nas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 conteve modificação. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras do exercício corrente também inclui modificação em decorrência do possível efeito desse assunto sobre a comparabilidade dos valores do exercício corrente e valores correspondentes.”

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

A Administração da Companhia entende que a ausência do exame por auditores independentes com relação as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, não implicaria em ajustes nas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, bem como não teriam um impacto relevante adverso nas demonstrações financeiras da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

No processo de elaboração das Demonstrações Financeiras, a Administração exerceu julgamentos, utilizou estimativas e premissas para calcular valores reconhecidos nos ativos, passivos e resultados (receitas e despesas).

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um efeito significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, estão contempladas a seguir:

a) Valor residual e taxa de depreciação e amortização dos ativos

A Companhia efetua análise da vida útil dos bens e estima o valor residual de venda dos veículos leves, pesados e máquinas e equipamentos, a fim de que o valor residual contábil seja próximo do valor residual de venda.

b) Perdas de créditos esperadas

A Companhia efetua estimativa de perda das contas a receber considerando o histórico de perdas dos clientes e as perdas de créditos esperadas baseada nas análises de deterioração de riscos de créditos dos clientes monitoradas pela área de crédito e cobrança.

c) Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos

A Companhia efetua análise de recuperabilidade dos saldos de tributos diferidos ativos anualmente, com base na expectativa de lucros tributáveis futuros, sendo constituídos ativos somente para a parcela dos saldos de prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido e diferenças temporárias sobre os quais a Companhia possuem projeções de utilização dentro de um prazo considerado razoável. A Administração utiliza-se de premissas significativas nesses estudos, projetando suas receitas, custos e despesas, com base nas informações de contratos correntes e de contratos de longo prazo com clientes.

d) Análise de indicativos de desvalorização do ativo imobilizado e redução ao valor recuperável (“impairment”)

A Companhia avalia, no mínimo anualmente, se ocorreram eventos ou mudanças que indiquem que o valor contábil pode não ser recuperável. Caso sejam identificados indicativos dessas mudanças ou eventos, é efetuado o teste de “impairment” considerando o nível de Unidade Geradora de Caixa - UGC, que são as máquinas e equipamentos. Nessa circunstância, a Companhia utiliza-se de premissas chaves na determinação dos fluxos de caixa projetados.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Administração não identificou indicadores de que o ativo imobilizado poderia apresentar “impairment”. O intangível não considerado material na avaliação da Companhia e não compõe a unidade geradora de caixa.

e) Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários e depósitos judiciais

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos de caráter cível, trabalhistas e tributário.

Provisão são constituídas para todas as demandas decorrentes de processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja efetuada, seja para suprir uma contingência e/ou para liquidar uma obrigação, permitindo que uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

f) Direito de uso e passivo de arrendamento

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas mensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início, descontados usando a taxa de desconto mensurada pela Administração e ajustada a realidade da Companhia (“spread” de crédito). A Companhia utiliza-se de premissas relevantes na determinação da taxa de desconto para a mensuração do valor presente dos pagamentos de arrendamento.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items) tais como: (i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos; (ii) Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando os respectivos passivos; (iii) contratos de futura compra e venda de produtos e serviços; (iv) contratos de construção não terminada; e (v) contratos de recebimento futuros de financiamentos.

Todos os ativos e passivos assumidos pela Companhia estão registrados em seu balanço patrimonial. Portanto, não há ativos ou passivos detidos pela Companhia que não estejam evidenciados em seu balanço patrimonial.

b) *Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras*

Não existem outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

- a) *como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor*

Não aplicável, tendo em vista que não existem outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

- b) *natureza e o propósito da operação*

Não aplicável, tendo em vista que não existem outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

- c) *natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação*

Não aplicável, tendo em vista que não existem outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

a) *Investimentos*

(i) Descrição dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos:

Em 2020, foram investidos R\$ 226,5 milhões, sendo composto principalmente por aquisição de máquinas, caminhões e equipamentos para locação. Tais investimentos são parte do ciclo do negócio de locação de caminhões, máquinas e equipamentos.

A Companhia pretende utilizar os recursos líquidos provenientes da Oferta Primária para a compra de máquinas e equipamentos para sua frota.

A tabela abaixo resume os percentuais e valores estimados das destinações que a Companhia pretende dar aos recursos líquidos provenientes da Oferta Primária Base:

Destinação	Valor Estimado Líquido ⁽¹⁾⁽²⁾⁽³⁾ (em R\$)	Percentual Estimado dos Recursos Líquidos
		100%
Compra de Máquinas e Equipamentos	752.339.523,65	
Total.....	752.339.523,65	100%

⁽¹⁾ Com base no Preço por Ação de R\$14,97.

⁽²⁾ Considerando a dedução das comissões e despesas estimadas para a Companhia na Oferta.

⁽³⁾ Sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares.

A efetiva aplicação dos recursos captados por meio da Oferta Primária depende de diversos fatores que a Companhia não pode garantir que virão a se concretizar, dentre os quais as condições de mercado então vigentes, nas quais baseia suas análises, estimativas e perspectivas atuais sobre eventos futuros e tendências. Alterações nesses e em outros fatores podem nos obrigar a rever a destinação dos recursos líquidos da Oferta Primária quando de sua efetiva utilização.

Caso os recursos líquidos captados pela Companhia por meio da Oferta Primária sejam inferiores à sua estimativa, sua aplicação será reduzida de forma proporcional aos objetivos e observada a ordem de alocação disposta na tabela acima e, na hipótese de serem necessários recursos adicionais, a Companhia poderá efetuar emissão de outros valores mobiliários e/ou efetuar a contratação de linha de financiamento junto a instituições financeiras os quais deverão ser contratados tendo como principal critério o menor custo de capital para a Companhia.

(ii) Fontes de financiamento dos investimentos:

A Companhia financia suas atividades parte com capital próprio, com o caixa gerado pelo negócio, e parte com capital de terceiros via contratos de financiamento (conforme detalhado no item 10.1(f) deste Formulário de Referência).

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

(iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não há desinvestimentos relevantes em andamento ou previstos.

b) Aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do Banco

Não há aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos previstos que possam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia ou que não esteja descrito no item 10.8.(i).

c) Novos produtos e serviços, indicando:

(i) Pesquisas em andamento

Não aplicável à operação da Companhia.

(ii) Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável à operação da Companhia.

(iii) Projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável à operação da Companhia.

(iv) Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável à operação da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

Análise dos impactos da COVID-19 em nossas atividades

A pandemia da COVID-19 afetou negativamente a economia global, interrompeu os gastos dos consumidores e as cadeias de suprimento globais, e criou uma significativa volatilidade e impacto nos mercados financeiros do Brasil e no mundo. A Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou, em 11 de março de 2020, o estado de pandemia em razão da disseminação global da COVID-19. Tal disseminação criou incertezas macroeconômicas, volatilidade e perturbação significativas, inclusive no Brasil. Em resposta à disseminação da COVID-19, a partir de março de 2020, governos em todo o mundo, inclusive as autoridades brasileiras, implementaram políticas destinadas a impedir ou retardar a propagação da doença, tais como a restrição à circulação e o isolamento social. Muitas dessas políticas estão em vigor e podem permanecer em vigor por um período significativo de tempo. Essas políticas influenciaram o comportamento dos clientes da Companhia, que adotaram medidas de distanciamento social em parte de suas operações, com parte da equipe sendo alocada para trabalhar de suas residências. Adicionalmente, como forma de conter a disseminação da COVID-19, alguns municípios determinaram a suspensão temporária nos canteiros de obras de nossos clientes e em outros casos, nossos empregados tiveram que ser submetidos à testes para detecção da COVID-19 antes de entrar nas dependências de nossos clientes.

Em cumprimento à Medida Provisória 927, de 22 de março de 2020, a Companhia adotou medidas de distanciamento social que podem resultar em aumento de suas despesas e redução de produtividade, como a implantação de *Home Office* para empregados do setor administrativo.

A extensão em que o surto da COVID-19 afetará os negócios da Companhia, sua condição financeira, seus resultados operacionais ou fluxos de caixa dependerá de desenvolvimentos futuros altamente incertos e imprevisíveis. Dentre essas consequências, não podemos prever a duração e a distribuição geográfica do surto, sua gravidade, as ações para conter o vírus ou tratar do seu impacto.

A depender da evolução do surto da COVID-19, ou em virtude de outras epidemias ou pandemias, é possível haver paralisações nas atividades da Companhia, o que poderá causar impacto significativo em seus cronogramas e na consolidação de suas receitas.

A população brasileira em geral também foi impactada pela pandemia e pelas políticas de restrição à circulação e até mesmo pelo isolamento social, o que resultou na acentuada queda ou até mesmo na paralisação das atividades de empresas de diversos setores, incluindo o de logística. Além disso, a desaceleração da economia global provocou um aumento do desemprego e uma redução na atividade comercial. O receio dos consumidores de adoecerem poderá persistir, mesmo após o fim das políticas de restrição à circulação e recrudescimento da pandemia, o que poderá afetar adversamente o tráfego nos pontos de venda físicos dos nossos clientes. O gasto dos consumidores também poderá ser afetado negativamente pelas condições gerais macroeconômicas e pela confiança do consumidor, inclusive os impactos de qualquer recessão, resultante da pandemia da COVID-19. Todos esses fatos podem diminuir a demanda pelos serviços prestados pela Companhia, o que poderá levar a um declínio das receitas operacionais da Companhia. Estes impactos ocorreram também na população em geral, resultando na acentuada queda ou até mesmo na paralisação das atividades de empresas de diversos setores, incluindo o de logística. Consequentemente, as receitas das operações da Companhia poderão sofrer um declínio que provavelmente continuará enquanto durarem as restrições de circulação impostas.

Além disso, a desaceleração econômica global provocou um aumento do desemprego e pode resultar em menor atividade comercial, tanto durante a pandemia da COVID-19 quanto após a diminuição do surto. É possível, portanto, que a demanda pelos serviços prestados pela Companhia seja reduzida.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

Na medida em que a pandemia da COVID-19 afete os negócios e resultados financeiros da Companhia, poderá também ter o efeito de incrementar a necessidade de gerar fluxo de caixa suficiente para atender ao seu endividamento e a sua capacidade de cumprir com obrigações (*covenants*) contidos nos contratos que regem nosso endividamento.

Adicionalmente, os impactos da COVID-19 na economia global podem acarretar oscilações de taxas de juros cobradas pelas instituições financeiras impactando dívidas existentes e/ou a necessidade de adquirir novos passivos financeiros.

Por fim, cabe ressaltar que, como a operação da Companhia é em grande parte ligada ao setor do agronegócio, ainda não foi possível identificar impactos negativos nas operações da Companhia já que foi observado um crescimento da receita bruta de 81,2% em relação ao ano de 2019.

Proteção ao caixa

Visando proteger o caixa da Companhia, a Companhia optou pela postergação do recolhimento de tributos federais, de acordo com a Portaria nº 139, de 03 de abril de 2020, do Ministério da Economia.

Informações Adicionais ao item 10.1

Conforme mencionado no item 10.1 deste Formulário de Referência, as atividades da Companhia necessitam de capital intenso para seu desenvolvimento. Neste sentido, a Companhia financia suas atividades parte com capital próprio, decorrente do caixa gerado pelo próprio negócio, e parte com capital de terceiros com a tomada de recursos pro meio de contratos de financiamento e a emissão de debêntures.

Na data deste Formulário de Referência as demonstrações financeiras auditadas mais recentes emitidas pela Companhia se referiam ao período de três meses encerrado em 31 de março de 2021 e as informações contidas neste Formulário de Referência se baseavam nessas demonstrações financeiras. Contudo, considerando a necessidade intensiva de capital decorrente da natureza e da mecânica dos negócios desenvolvidos pela Companhia, em 31 de maio de 2021, foi aprovada a contratação de financiamentos com o Banco Safra S.A., no montante de R\$18,9 milhões, cujos recursos foram disponibilizados ao longo de junho de 2021 e em 25 de junho de 2021, foi firmado o “Primeiro Aditamento e Consolidação do Instrumento Particular de Escritura de Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Primeira Emissão de Armac Locação, Logística e Serviços S.A.”, por meio do qual se decidiu alterar a quantidade de debêntures objeto da emissão de 200.000 (duzentas mil) para 300.000 (trezentas mil) debêntures e, consequentemente, o valor total da emissão de R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais) para R\$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais, com liquidações em 07 de maio de 2021, 11 de junho de 2021, 29 de junho de 2021 e 01 de julho de 2021, no valor total de R\$210,0 milhões, dos quais R\$40,0 milhões foram utilizados, obrigatoriamente conforme consta da escritura de emissão, para amortização de dívidas pré-existentes, com efeito líquido no endividamento, portanto, de R\$170,0 milhões.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

Os efeitos dessas captações ainda não estavam refletidos nas Informações Financeiras Trimestrais auditadas relativas ao período de três meses encerrado em 31 de março de 2021 quando de sua emissão. Para fins ilustrativos, a Companhia apresenta a seguir, determinados índices que evidenciam as condições financeiras e patrimoniais gerais da Companhia, considerando exclusivamente os efeitos das captações de recursos mencionadas acima, bem como aqueles decorrentes de aumento de capital no valor de R\$0,9 milhão, com emissão de 1.806.745 novas ações ordinárias pela Companhia, deliberado em assembleia geral de acionistas da Companhia realizada em 02 de julho de 2021, conforme descrito no item 17.2 deste Formulário de Referência; e a declaração de dividendos deliberada pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia em 10 de maio de 2021, no valor total de R\$20,4 milhões.

		Período de doze meses findos em 31 de março de 2021 (LTM)	Período de doze meses findos em 31 de março de 2021 (LTM) ⁽¹⁾
<i>(Em milhares de Reais, exceto percentuais)</i>			
a	EBITDA Ajustado LTM	74.027	74.027
b	Caixa e Equivalentes de Caixa ⁽²⁾	108.963	108.963
c	Contas a Receber	38.497	38.497
d	Ativo Circulante	168.479	169.382
e	Ativo Imobilizado Líquido ⁽²⁾	429.219	618.076
f	Passivo Circulante ⁽³⁾	97.972	78.400
g	Dívida Bruta	401.378	590.235
h	Dívida Líquida	292.415	481.272
i	Patrimônio Líquido	142.160	122.635
Indices de alavancagem financeira:			
h/i	Dívida Líquida/Patrimônio Líquido	205,7%	292,4%
h/e	Dívida Líquida/Ativo Imobilizado Líquido	68,1%	77,9%
h/a	Dívida Líquida/EBITDA Ajustado LTM (período de doze meses findo em 31 de março de 2021)	3,95x	6,50x ⁽⁴⁾
b/f	Liquidez Imediata	111,2%	139,0%
(b+c)/f	Liquidez Seca	150,5%	188,1%
d/f	Liquidez Corrente	172,0%	216,0%

⁽¹⁾ Ajustado para refletir as seguintes transações realizadas posteriormente à emissão das Informações Financeiras Trimestrais auditadas da Companhia relativas ao período de três meses encerrado em 31 de março de 2021: (a) a contratação de financiamentos com o Banco Safra S.A., no montante de R\$18,9 milhões, liquidados ao longo de junho de 2021; (b) a Primeira de Debêntures da Companhia, no valor total de até R\$300,0 milhões, com liquidações em 07 de maio de 2021, 11 de junho de 2021, 29 de junho de 2021 e 01 de julho de 2021, no valor total de R\$210,0 milhões, dos quais R\$40,0 milhões foram utilizados, obrigatoriamente conforme consta da escritura de emissão, para amortização de dívidas pré-existentes, com efeito líquido no endividamento, portanto, de R\$170,0 milhões; (c) o aumento de capital no valor de R\$0,9 milhão, com emissão de 1.806.745 novas ações ordinárias, deliberado em assembleia geral de acionistas da Companhia realizada em 02 de julho de 2021; e (d) a declaração de dividendos deliberada pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia em 10 de maio de 2021, no valor total de R\$20,4 milhões.

⁽²⁾ Para fins ilustrativos, assume-se que todo o capital advindo das debêntures e dos financiamentos com o Banco Safra S.A. foram utilizados para a aquisição de ativos imobilizados da atividade fim da Companhia (máquinas e caminhões para locação), desse modo, a rubrica "caixa e equivalentes de caixa" da Companhia se mantém inalterada e a rubrica "ativo imobilizado líquido" apresenta o aumento decorrente dessas aquisições.

⁽³⁾ O passivo circulante ajustado considera a dedução dos contratos financeiros liquidados antecipadamente com os recursos provenientes da Primeira Emissão de Debêntures e o acréscimo dos dividendos declarados e ainda não pagos.

⁽⁴⁾ O índice considera o EBITDA Ajustado da Companhia para o período de doze meses findo em 31 de março de 2021, portanto não reflete os efeitos no EBITDA Ajustado que decorreriam da evolução natural dos negócios da Companhia desde então.